



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV Nº 142, SÁBADO, 21 DE SETEMBRO DE 2019

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 173ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 20 DE SETEMBRO DE 2019

1.1 – ABERTURA 8

1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE

1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)

1.2.2 – Oradores

Senador Paulo Paim – Registro da participação de S. Exa. na 12ª edição do Congresso em Foco, com cumprimentos a todos os jornalistas do Brasil. Celebração do Dia do Gaúcho, festejado em 20 de setembro. Considerações pelo Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, comemorado no dia 21 de setembro. 8

1.2.3 – Realização de sessão

Realização de sessão especial em 23 de setembro de 2019, às 16 horas, destinada a homenagear a Professora Terezinha de Jesus Almeida da Silva Rêgo, nos termos do Requerimento nº 273/2019, do Senador Weverton e outros Senadores. 16

1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Izalci Lucas – Exposição sobre o andamento da execução orçamentária de emendas parlamentares ao Orçamento da União feitas em favor do Governo do Distrito Federal. 16

Senador Acir Gurgacz – Comentários sobre as recentes votações de projetos terminativos e de debates importantes no âmbito da CDH, com destaque para a discussão sobre a plantação da *cannabis*. Satisfação pelo início das obras de esgotamento sanitário na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia. Registro da 40ª edição da Exposição Agropecuária de Ji-Paraná (Expojipa). 20

Senador Eduardo Girão – Opinião sobre a necessidade de instalação da CPI da Lava Toga no Senado Federal, com análise sobre a matéria da revista Istoé sobre o assunto. Convite aos cidadãos a participarem de manifestação a favor da Operação Lava Jato no dia 25 de setembro. Apelo para que o Presidente da República vete projeto que altera regras do Fundo Partidário. 27



Senador Jean Paul Prates – Agradecimentos de S. Exa. por ter vencido o Prêmio do Congresso em Foco em duas categorias, melhores Senadores do ano de 2019 e valorização de bancos públicos. Relato da carreira política de S. Exa. no PT. Defesa da não privatização da Petrobras e da Eletrobras pelo Governo Federal.	31
1.3 – ENCERRAMENTO	37

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 173ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Discurso e documento encaminhados à publicação

Senador Paulo Paim – Íntegra do discurso e documento encaminhados por S. Exa., nos termos dos arts. 203 e 210 do Regimento Interno	39
--	----

2.1.2 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Emenda da Câmara dos Deputados nº 6/2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 238/2008.	48
--	----

2.1.3 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 335/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 61/2017.	50
--	----

Nº 336/2019, na origem, que comunica o envio à sanção da Emenda do Senado ao Projeto de Lei nº 1619/2019.	51
--	----

Nº 337/2019, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 2438/2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.871/2019	52
--	----

Nº 343/2019, na origem, que comunica o envio à sanção do Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei nº 3688/2000, na Câmara dos Deputados.	53
---	----

Nº 344/2019, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 156/2015, sancionado e convertido na Lei nº 13.872/2019.	54
---	----

Nº 345/2019, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 3715/2019, sancionado e convertido na Lei nº 13.870/2019	55
---	----

Nº 346/2019, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei do Senado nº 377/2016, sancionado e convertido na Lei nº 13.873/2019.	56
---	----

2.1.4 – Requerimentos

Nº 803/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 107/2019-CCT), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	60
---	----

Nº 804/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 108/2019-CCT), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	68
---	----



Nº 805/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 104/2019-CCT), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	76
Nº 806/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 105/2019-CCT), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	84
Nº 807/2019 (apresentado como conclusão do Parecer nº 106/2019-CCT), da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.	92

2.1.5 – Término de prazos

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Decreto Legislativo nº 119/2018.	101
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 86/2019.	101
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 12/2017 e 64/2018 e ao Projeto de Lei do Senado nº 247/2015-Complementar.	101

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 117/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119/2015	103
Nº 118/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237/2018	110
Nº 119/2019-CDH, sobre o Projeto de Lei nº 4229/2019	116
Nº 120/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 20/2017	122
Nº 121/2019-CDH, sobre o Ofício "S" nº 37/2019	129
Nº 122/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 7/2019	134
Nº 123/2019-CDH, sobre a Sugestão nº 30/2017	141

PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	149
5 – RETIFICAÇÃO	
Diário do Senado Federal nº 130, de 5 de setembro de 2019.	153
6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	154
7 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	157
8 – LIDERANÇAS	158
9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	160



10 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	164
11 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	165
12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	203

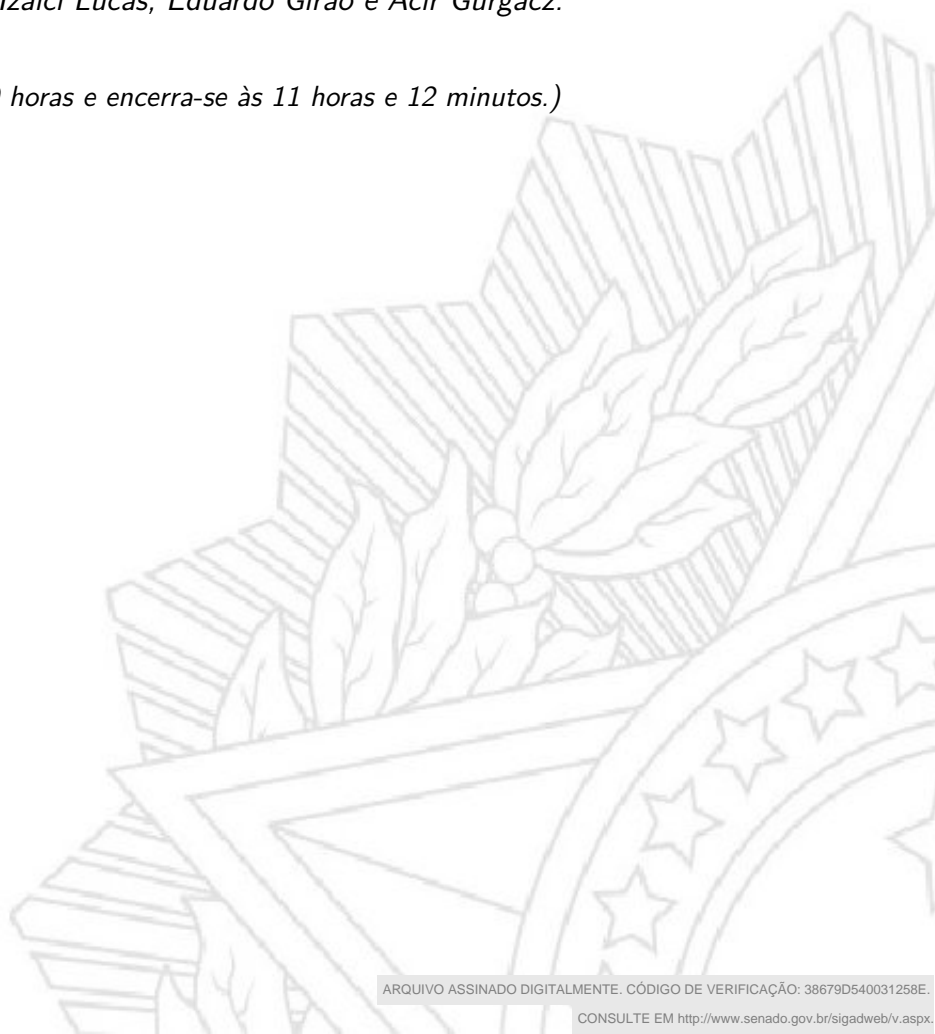


Ata da 173ª Sessão, Não Deliberativa,
em 20 de setembro de 2019

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura

Presidência dos Srs. Izalci Lucas, Eduardo Girão e Acir Gurgacz.

(Inicia-se a sessão às 9 horas e encerra-se às 11 horas e 12 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (**Vide Parte II do Sumário**)

Sessão não deliberativa.

Há oradores inscritos, e já convido para fazer uso da palavra o nosso querido Senador Paulo Paim, grande representante do Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Izalci Lucas, é uma satisfação mais uma vez usar a tribuna do Senado num momento tão importante para a nossa gente, tão sofrida e com tantas preocupações em matéria de desemprego. Ainda ontem eu recebi uma delegação preocupada com a saúde, com a questão da infraestrutura. Mas, ao mesmo tempo, participei, ontem, à noite, da 12ª edição do Congresso em Foco.

Eu sempre vejo no Congresso em Foco um farol da própria democracia. Dizia eu ontem lá para os organizadores que, independentemente de quem sejam os premiados, quando o Congresso em Foco realiza um evento como o de ontem à noite, é um evento em defesa da democracia, em defesa da nossa Constituição. E assim se posicionaram os principais organizadores do evento.

Assim, Sr. Presidente, faço questão de registrar que ontem, à noite, aconteceu, aqui em Brasília, a entrega do Prêmio Congresso em Foco 2019. Em sua 12ª edição, o prêmio tem como finalidade homenagear, na verdade, a democracia, o Parlamento, e claro que todo ano algumas figuras são lembradas. Ele estimula a sociedade a acompanhar seus representantes de forma ativa, assim como a participar plenamente da vida política. Há um poema que diz que aqueles que condenam a política estão, na verdade, condenando a sua própria vida e também a de toda a humanidade. A política se confunde com a palavra democracia, se confunde com a palavra justiça, se confunde com a palavra liberdade. Por isso, eu disse, ontem, à noite: com a democracia, tudo; sem a democracia, nada. Como já disse um grande líder, ninguém inventou no mundo e nem vai conseguir inventar um sistema melhor que a democracia.

A iniciativa reconhece o trabalho dos Deputados Federais e dos Senadores que se destacam no exercício do mandato. Claro que não pode homenagear todos. Valoriza os bons exemplos e, ao mesmo tempo, vai sinalizando ao povo brasileiro a melhor qualidade da discussão e participação na vida política do Brasil.

Sr. Presidente, eu participei de todas as edições; premiado ou não, eu estava lá, porque acho que é um espaço importante da democracia. Claro que eu recebi prêmios ao longo desse período em quase todas as edições, mas ontem, para mim, foi o momento que mostra que nós estamos no caminho certo. Eu tive a honra de receber três prêmios. O mais importante, pela primeira vez na história, que recebi foi o primeiro lugar na votação dos jornalistas que escolheram um Senador que, na visão deles, neste momento da história, mais defende o povo brasileiro no campo social, onde eu atuo. Sei que outros Senadores também atuam, mas um tem que ser escolhido nesse momento.

Eu agradeço a todos os jornalistas do Brasil que, de forma tranquila, segundo os jurados que participaram, indicaram o nosso nome para receber o prêmio, dos jornalistas, como o Senador que



mais se destacou neste período na defesa dos mais pobres, dos vulneráveis no campo social e, ao mesmo tempo, segundo eles, sabendo fazer a ligação com o empreendedor e com o trabalhador.

Recebi pelo júri popular – aí é um outro júri – o prêmio de segundo Senador. A Senadora Simone Tebet, que fez lá um belo pronunciamento, foi quem recebeu o primeiro prêmio.

E recebi o terceiro lugar na votação popular pela internet, onde participaram milhões de internautas. Os internautas escolheram o primeiro lugar, mostrando que lá não é um espaço ideológico. Major Olimpio foi quem recebeu o prêmio número um; Alvaro Dias, o número dois; e eu recebi o número três.

Mas cumprimento aí a democracia, cumprimento todos aqueles que foram premiados ou não foram – mas muitos estavam lá e outros acompanharam, Deputados e Senadores – pela postura que tiveram naquele evento, um evento democrático. Claro, alguns discursos mais acirrados, outros mais tranquilos.

Senador Izalci, pode ter certeza de que na minha fala... Eu acho que num evento desse porte, Senador, tem que falar pouco. Ali não é um debate para demarcar posição, as posições estão demarcadas já pelo voto que receberam os que estavam lá. Fiz um discurso curto, mas enfatizei a democracia, a liberdade e naturalmente as preocupações, que V. Exa. acompanha aqui todos os dias, porque nos encontramos aqui, com a reforma da previdência. Usei a seguinte expressão somente: estou muito preocupado, mas estou muito esperançoso de que o Senado possa melhorar o texto que veio da Câmara, atendendo aos setores que mais precisam. Foi isso que falei e naturalmente essa foi uma frase que unificou o Plenário porque eu entendo que todos nós, como V. Exa. falou ainda ontem, queremos aprimorar o texto e vamos torcer para que isso aconteça.

Então, eu dou aqui os meus cumprimentos a todos os jornalistas do Brasil. Muitas vezes, eu sei que nem sempre eles podem falar o que gostariam e, muitas vezes, eu também não falo aquilo que a gente gostaria, até em respeito aos espaços da democracia, fazendo o bom debate, mas respeitando até as divergências no campo das ideias naturalmente.

Por isso, eu cumprimento aqui todos os jornalistas do Brasil, independentemente da posição que cada um assume em relação a cada tema, até porque, se não fosse assim, não seria uma democracia, não é, Senador Izalci? Se nós dois estivéssemos aqui só batendo a mesma tecla, o mesmo tambor, a população iria dizer: "Bom, lá todo mundo fala a mesma coisa". Nós divergimos nos argumentos, mas sabemos que queremos o melhor para toda a nossa gente, para todo o povo brasileiro.

Resumi lá dizendo que sou um homem de causas, e elas estão acima de qualquer coisa, acima até de partido, de ideologia, desse ou daquele grupo. As causas é que norteiam as nossas vidas, que norteiam a minha vida, que me dão direção para onde caminhar. E é claro que a gente quer o melhor para todo o povo brasileiro – repito: para todo o povo brasileiro – sem exceção.

O importante é ter consciência de sempre fazer o melhor, fazer o bem sem olhar a quem, buscar o caminho certo, alcançar os sonhos e as mentes das pessoas. Sigamos em frente com a consciência tranquila de que é preciso cada vez mais esperar, buscar a felicidade, buscar melhores dias para toda a nossa gente.

Sr. Presidente, como depois ainda sabemos que vamos ter, no mínimo, mais três sessões de debates, aqui no Plenário, sobre a previdência, claro que eu voltarei a falar nas sessões de debates. Na terça-feira, teremos, pela manhã, o debate da previdência lá na CCJ – vai ser votado lá. Em



seguida, à tarde, vai ser apreciado em Plenário o primeiro turno, e naturalmente falarei também no Plenário, como na segunda falarei na tribuna sobre a previdência.

Por isso, Sr. Presidente, neste momento, tomo aqui a liberdade de falar um pouco do meu Rio Grande. Hoje é 20 de setembro, é a data máxima do Rio Grande do Sul, feriado estadual, é o Dia dos Gaúchos e das Gaúchas. A origem é o distante ano de 1835, início da Revolução Farroupilha. Como dizem, é uma terra gaúcha de muitas revoluções, mas essa foi a mais longa guerra acontecida em solo brasileiro: dez anos. Os ideais dos farrapos continuam vivos na memória do povo gaúcho, que eu tento aqui representar: liberdade, igualdade e humanidade.

O poder central no Império governava com mão de ferro. Os impostos eram muito altos, não havia retorno. A província de São Pedro, lá no nosso Rio Grande, sentia-se espoliada, lesada, surrupiada, assaltada.

Enfim, os clarins tocaram. Ouviu-se o som dos cascos dos cavalos ao longe. A guerra tinha iniciado, primeiramente por questões econômicas; depois, por causas políticas, sociais e libertárias.

A República do Piratini foi proclamada em 1836, um ano após o início da revolução, por Antônio de Sousa Neto. O Rio Grande do Sul se tornava ali um país independente. Passada uma década de muitas pelejas, entreveros, combates dos mais sangrentos, irmãos lutando contra irmãos, famílias dizimadas, tingindo de rubro os verdes campos no Sul, enfim, houve a pacificação. Nossos caminhos foram abertos para a unificação da Pátria brasileira. Mas a liberdade, infelizmente, que foi pactuada não foi estendida a todos. Aos negros, foi prometida.

"Apesar de racional, [como diz uma canção] vivia o negro na encerra. E adagas furavam palas, ensanguentando [...] [a nossa] terra. Da solidão das senzalas, tiraram o negro pra guerra". E diz Jarbas, dizem na história os mentores dessa canção e o grande César Passarinho: "Peleia, peleia, negro, pela tua independência. Semeia, negro, semeia teus direitos na querência".

Passados 184 anos, os homens de ontem bordam parede de museus, livros, páginas da internet de histórias. São nomes de ruas, avenidas, praças, a história cantada em prosa e verso. O Rio Grande do Sul inteiro reverencia o legado da liberdade, da igualdade e da humanidade, direitos para todos. As cidades têm seus desfiles cívicos, tradicionalistas. É o povo gaúcho pilchado, bota, bombacha, guaiaca, sombreiro, lenço vermelho no pescoço ou lenço branco; a mulher gaúcha, com vestido de prenda e a flor no cabelo. A mulher gaúcha, guerreira na estampa de Anita Garibaldi. Diz a canção: "Anita morena, de pele macia, amante da noite, soldado de dia, um filho no braço, no outro um fuzil".

Há shows artísticos, fandango, dança, chula, cantoria, desafio de trovadores, violeiros, milongas, gaiteiros e seus vanerões e bugios. A cultura e a tradição gaúcha não são manifestadas somente em 20 de setembro, mas o ano todo. Quem conhece o Estado sabe. É um dos poucos Estados que conhece o seu hino na íntegra. A grande maioria do povo gaúcho conhece o hino do Estado na íntegra. Centros de Tradições (CTGs), existem em toda a Federação, de norte a sul, de leste a oeste, inclusive em muitos países também, por exemplo no Continente Europeu ou mesmo na América do Norte.

Aqui em Brasília, temos o CTG Jayme Caetano Braun, já estive lá muitas vezes, e a Estância Gaúcha, onde também estive, realizam ali seus bailes, penhas campeiras com comida típica, apresentação de cantores e cantoras, poetas. Há grupos de gremistas, de colorados, há torcedores do Caxias, como eu, e do Juventude, do Xavante de Pelotas e do Pelotas.



Todos os anos, a Loja Maçônica Bento Gonçalves nº 4060, filiada ao Grande Oriente do DF, nome em homenagem ao líder máximo da Revolução Farroupilha, realiza sua sessão magna pública lembrando a epopeia Farroupilha. Este ano será no dia 27 de setembro, daqui a uma semana. Será a décima sessão. Estamos convidados. Mesmo sendo uma loja fundada por gaúchos, ela possui membros que são mineiros, paulistas, cariocas, baianos, alagoanos, goianos, pernambucanos, amazonenses, enfim, de todos os Estados.

A tradição gaúcha une o nosso espírito de brasilidade. Ficamos mais orgulhosos por termos nascido naquela terra que abraça todos e que me mantém há praticamente, eu diria, porque assim eu espero que Deus permita, há 40 anos aqui no Congresso Nacional. Quatro mandatos de Deputado Federal e três mandatos de Senador.

Temos que conhecer a nossa história, cuidar bem e acariciá-la, cultivar nossas tradições e valores.

E aqui eu posso dizer: amo o meu Rio Grande, o nosso folclore. Valorizo a nossa gente, o nosso País. Acredito que é possível fazer deste chão verde-amarelo uma grande Nação.

Sr. Presidente, eu quero deixar registrado nos *Anais*, publicado no jornal *Zero Hora*, por exemplo: "Cavalo lavado, cabelo cortado, bota engraxada: os preparativos para o 20 de setembro no acampamento. A concentração para [hoje, teremos lá, que é feriado no Estado] o Desfile Farroupilha de Porto Alegre [...] [que começou já lá ao lado do Estádio Beira-Rio]".

Teremos o grande acampamento, o Acampamento Farroupilha, no Parque da Harmonia. Eu deixo aqui toda a matéria.

Mas quero destacar também, Sr. Presidente, uma matéria da *Folha de S.Paulo* que vai no mesmo sentido: os trajes hoje no Rio Grande incluem crianças negras em atividade do principal feriado do Rio Grande.

Uniformes dos Lanceiros Negros, soldados escravizados que foram traídos, é usado para reafirmar a identidade da Semana Farroupilha.

A cena se repete anualmente nos dias que antecedem o 20 de setembro, principal feriado gaúcho. Por todo o Rio Grande do Sul, crianças são autorizadas a trocar seus uniformes escolares por roupas típicas de prenda (vestido feminino) e peão (camisa e bombacha). Os trajes são usados enquanto aprendem sobre a Revolução Farroupilha (1835 a 1845), guerra civil entre os republicanos que declararam independência, e o Governo imperial brasileiro.

Porém, pouco se fala da participação negra na chamada...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) –

Guerra dos Farrapos. Centenas de africanos escravizados foram incorporados à divisão dos lanceiros negros.

E apresentei aqui um projeto, no Congresso, para a instituição do Troféu Lanceiros Negros para identificar e, muito mais do que identificar, homenagear aqueles que lutam contra todo tipo de preconceito, seja contra negro, contra branco, contra índio, contra imigrante. Mas, enfim, Sr. Presidente:



Eles [os lanceiros negros] lutaram em diversas batalhas, mas antes de serem libertados foram traídos em uma emboscada conhecida como o Massacre de Porongos, na madrugada do dia 14 de novembro de 1844. Centenas foram assassinados. Os que escaparam foram levados à corte, no Rio de Janeiro, para servirem como escravos.

Por isso, o grupo cultural Afro-Sul Odomode produziu trajes iguais aos dos Lanceiros para que as crianças também se reconheçam na história [...] [do Sul].

E, aqui, há a história, por exemplo, do menino Caio, de três anos, que veste a roupa de lanceiro feita pela mãe e pelo avô, lá em Porto Alegre, para a Semana Farroupilha (Afro-Sul Odomode/Divulgação).

A ideia, enfim, chega às escolas e às universidades no sentido de que a verdadeira participação dos lanceiros negros nessas batalhas seja contada, sendo assim fiel à própria história.

Permita-me ainda, Sr. Presidente, nesses últimos cinco minutos – e pode ver que deixei para falar sobre previdência na segunda-feira –, falar sobre o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência.

Dia 21 de setembro, amanhã, celebramos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, fruto de um projeto de nossa autoria. Esse dia nacional nasceu de um projeto de nossa autoria, que queríamos muito dar a simbologia do início da primavera e, ao mesmo tempo, lembrar da luta das pessoas com deficiência.

Enfim, fruto de um projeto nosso, nascia aí um desejo antigo do movimento das pessoas com deficiência. A data tem uma simbologia, como disse, afinal, no dia 21 de setembro tem início a primavera, o que lembra o renascimento das flores, o fortalecimento das esperanças, até porque as flores nascem em todos os jardins, sejam elas brancas, amarelas, vermelhas, escuras, ou seja, independentemente da cor ou do nome, elas nascem todas para iluminar as nossas vidas.

Sr. Presidente, eu amo a natureza. Como é bom estar na beira de um rio ou na beira do mar! Como é bom estar nas florestas! Como é bom caminhar nas montanhas!

Estamos buscando, enfim, manter direitos conquistados, respeito às diferenças. Em um grande esforço de articulação de integrantes da Rede Brasileira de Inclusão (Rbin), junto ao Congresso, os Parlamentares ficaram sensibilizados e, assim, retiraram da PEC nº 6 o dispositivo que fixava na Constituição o critério de renda, o que, na verdade, iria atingir aqueles que dependem do BPC e que estão ganhando esse direito na Justiça. Felizmente a Câmara retirou.

Outra mudança foi quanto à pensão por morte, cujo valor, espero que seja confirmado, não poderá ser inferior a um salário mínimo. Estou falando desses dois tópicos, porque eles, nesse dia – e homenagem 21 de setembro, que é amanhã –, trazem aqui dois benefícios. São mantidos os benefícios das pessoas com deficiência nesses dois casos. Sobre outros pontos que não foram atendidos, o debate continua. Esperamos que até a votação final em segundo turno possamos avançar.

Sr. Presidente, se por um lado estamos vendo nossos direitos em xeque, porque o debate continua, novos projetos de leis...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... estão tramitando aqui no Congresso Nacional. Por exemplo, há uma PEC de nossa autoria, que já foi lida aqui e para a qual foram realizadas as cinco sessões de discussões, que insere na Carta



Magna o direito à acessibilidade, à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos previstos no art. 5º. Tenho certeza de que essa proposta será aprovada por unanimidade, porque, em todas as sessões de debate, não houve um, sequer, Senador que se posicionou contra, sinalizando que todos são favoráveis.

Sr. Presidente, existem inúmeros projetos que eu poderia citar aqui, não só de minha autoria, mas de autoria de inúmeros Senadores, que vão na linha de defender os interesses das pessoas com deficiência. Como o meu tempo já terminou e V. Exa. ainda, gentilmente, me deu mais cinco minutos, eu vou para as considerações finais desse meu pronunciamento, fazendo essa homenagem às pessoas com deficiência no seu dia nacional, que é amanhã, 21 de setembro, Dia da Primavera.

Sr. Presidente, nessa ótica aqui comentei o meu carinho e respeito às quase 50 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência. Uma pessoa ideal, segundo alguns, seria aquela que não tivesse deficiência alguma, estando assim de acordo com os ideais da chamada normalidade funcional e produtiva. Eu, às vezes, digo que anormal é aquele que não entende a diferença, anormal é aquele que não consegue entender que nenhum de nós é exatamente igual ao outro com alguma deficiência, com nenhuma deficiência ou com mais deficiência. Todos nós, um dia, seremos deficientes, porque a velhice nos levará a estar entre as pessoas com deficiência.

Quero aqui fortalecer a caminhada de todas as pessoas e familiares com pessoas com algum tipo de deficiência e lembro a todos que aquele que pensa que a ele nunca poderá ser dito que ele tem deficiência eu já olho para mim aqui: se eu não tiver com os óculos, eu naturalmente não poderei enxergar a distância, como estou fazendo aqui. É um tipo de deficiência.

Sr. Presidente, eu avanço para dizer que é importante acessibilidade em toda cidade do nosso País. Na falta de acesso da nossa cidade nos ônibus, onde não entram cadeiras de rodas; nos órgãos públicos, que não possuem intérpretes de libras para o atendimento aos surdos; na falta de livros com formatos acessíveis. Lembro aqui a importância de manter a política de cotas nas empresas, lembro aqui a importância do braille.

E aqui abro um parêntese: não basta que as empresas contratem uma pessoa com deficiência simplesmente para incluir a Lei de Cotas. Incluir é mais que isso. É fazer com que o empregado se sinta parte da empresa, que todas as condições lhe sejam oferecidas de forma que a pessoa com deficiência possa desempenhar, tenho certeza, as suas atividades com todo o seu potencial.

Eu tenho dois deficientes visuais, totalmente deficientes visuais: um, no Rio Grande do Sul, e outro, aqui em Brasília. O do Rio Grande do Sul coordena o gabinete lá no meu Estado. Ele é um vencedor. Se vou indo para 40 anos de Parlamento e ele está comigo, ele é um vencedor e, naturalmente, toda a sua equipe. Lá é o Santos; aqui é o Luciano, que escreve a maioria dos meus pronunciamentos, como este. Foi o Luciano, junto com a equipe, que o fez. E ambos fizeram faculdade, já são formados, graças à sua garra, à sua insistência, à sua resistência de romper todas as barreiras que são colocadas, infelizmente, pela sociedade.

Mas, Sr. Presidente, de acordo com o estudo realizado pela Santo Caos, empresa de consultoria de engajamento pela diversidade, em parceria com a Catho, menos de 10% das pessoas com deficiência empregadas ocupam postos de comando. Eu dei dois exemplos aqui, mas são poucos que ocupam postos de comando, menos de 10%.

(Soa a campainha.)



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O estudo mostra ainda que as pessoas com deficiência se sentem, muitas vezes, isoladas dentro da própria empresa. Faço um apelo, inclusive: não é só responsabilidade do empregador, mas também do colega de atividade, de trabalho, que deve acolher cada vez mais os seus parceiros de atividade.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, de que tive a alegria de ter sido o autor, que foi aprovado, por unanimidade, pelas duas Casas, define e criminaliza toda a prática de preconceito, inclusive com as pessoas com deficiência. Em seu art. 4º, por exemplo, ele define discriminação como sendo toda forma de diferenciação que reduz e exclui. É toda ação ou omissão que dificulta o exercício dos direitos das pessoas com deficiência.

Aqui deixo claro e destaque, neste dia, Sr. Presidente...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... os Relatores desse estatuto: Senador Romário, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Celso Russomanno.

Aliás, deixo claro que não somente a ação, mas também a omissão é considerada discriminação pelo projeto, que teve o aval dos Relatores que citei e, repito, foi aprovado, por unanimidade, nas duas Casas. Dessa forma, o descaso do Estado em promover a acessibilidade é discriminação com a pessoa que tem algum tipo de deficiência.

O art. 88 pune a prática da discriminação com reclusão de um a três anos e multa.

Sr. Presidente, indo para o final, agradeço a tolerância de V. Exa., porque sei que é a mesma tolerância que V. Exa. tem sempre com o Senador Girão, com o Senador Styvenson Valentim...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... aqui nas tardes de quinta e sexta-feira ou de manhã. E tem comigo também. Eu estou elogiando V. Exa., Presidente. O Senador Acir Gurgacz, que está aqui, sempre presente lá na Comissão, como também o Senador Girão e V. Exa.

São duas folhinhas, com letras grandes. Então, é rápido. Não estou reclamando. Se eu reclamar aqui, estarei fazendo uma injustiça. Estou fazendo um gesto de gratidão, porque V. Exa. tanto me assegura o espaço que eu peço sempre no Plenário, como assegura para os outros Senadores, como também na Comissão.

Às vezes, perguntam: por que o Paim faz tantas sessões? Faço tantas sessões porque o tema chama a atenção. Isso faz com que eu tenha sempre o apoio de todos os Senadores, e apoio sempre a iniciativa dos senhores. Mas eu estou perdendo tempo elogiando os senhores aqui. Aí, vocês dirão: "Não, não é perda de tempo; aí é justo".

Eu sempre gosto muito da palavra gratidão. Senador Girão, eu achei que esta semana a Comissão de Direitos Humanos foi brilhante. E V. Exa. ajudou a dar quórum lá. Porque alguns às vezes não entendem que votamos matérias até polêmicas. No fim, virou, digamos, unanimidade, como foi a questão do Estatuto dos Povos Indígenas. Ninguém pediu vista. Se pedisse vista, poderia até a reunião cair e jogar para a outra semana.

Enfim, terminando, Sr. Presidente, estamos em pleno Setembro Verde, criado para dar visibilidade à busca pela inclusão da pessoa com deficiência. É sob esse foco de esperança, de renascimento que devemos encher nossa alma de otimismo. É sob a energia da primavera que devemos conduzir nossas reflexões. Assim, afastando-nos do entendimento de deficiência como



uma tragédia pessoal, pouco a pouco chegaremos à conclusão humana na questão da deficiência. Nós, como sociedade, precisamos ampliar nossa compreensão e perceber a deficiência como uma construção histórica de falta de acesso e de meios de participação e inclusão social.

Nesse sentido, não são uma pessoa com deficiência e sua família as únicas responsáveis por uma vida digna, pois o Estado e a sociedade devem assumir seus papéis nesses processos de inclusão. A deficiência real está na atitude que exclui, no coração que não enxerga seu irmão, no olhar que reduz e desumaniza. A deficiência real é aquela que discrimina. Sim, a deficiência real é aquela que discrimina, mas se oculta por trás de uma admiração vazia e que igualmente separa.

Última frase: deficiência real é aquela que incapacita pelo preconceito, pelo racismo, e não abre as portas ao desconhecido e surpreendente, assim, jeito diferente de ser. Deficiência real é aquela que incapacita pelo preconceito e não abre as portas ao desconhecido e surpreendente jeito diferente de ser.

Sr. Presidente, peço que considere na íntegra os meus pronunciamentos, e já agradeço muito, porque este aqui foi o Luciano que escreveu, esse deficiente visual que trabalha comigo. Às vezes, eu digo "deficiente visual", e ele diz: "Senador", desculpe a expressão que eu vou usar aqui, "não precisa ficar com frescura, pode dizer que eu sou cego mesmo". Veja que é sinal de que ele não tem preconceito nenhum com a deficiência dele. Assim, ele é tratado no gabinete, tanto o que trabalha em Brasília como o do Sul, da mesma forma que todos os outros. Eles não querem que tenha peninha deles, não. Eles têm um espaço porque eles conquistaram aquele espaço. Senão, não estariam lá.

Obrigado, Presidente. Agradeço muito aos senhores, e considerem na íntegra os meus pronunciamentos e as matérias de que falei aqui.

Falei muito do Rio Grande do Sul hoje. O Senador Izalci resistiu à minha fala do bairrismo gaúcho, dos sulistas, mas amamos, na verdade, todo o Brasil. Seria qualquer tipo de discriminação se nós não amássemos os nossos irmãos brasileiros da mesma forma. Muitas vezes, quando eu fico longe de casa, meus filhos reclamam, e eu digo: "Vocês têm que entender que a obrigação de um Senador não é só cuidar de vocês; é cuidar dos filhos de toda a nossa gente, de todo o País". E eles entendem, não é, Júnior? Você está reclamando que eu não estou aí no dia em que você vai anunciar o nome do seu filho, o sexo do seu filho que está para nascer. Eu não estou aí, porque estou aqui pela causa, mas estarei aí logo, logo, ao lado de vocês.

Um beijo a todos. Um beijo ao povo brasileiro. Um abraço a cada Senador.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADOS PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 203 do Regimento Interno.)

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) **(Discursos e documentos enviados na íntegra - Vide item 2.1.1 do Sumário)**

Matéria referida:

– Matéria do jornal Zero Hora, do dia 19/09, "Cavalo lavado, cabelo cortado, bota engraxada: os preparativos para o 20 de Setembro no Acampamento".



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Parabéns, Senador Paim! V. Exa. tanto se dedica à causa não só do Rio Grande do Sul, mas também de todo o País e, de forma especial, dos deficientes. Quero aproveitar para saudá-los e, ao mesmo tempo, os contadores também. No domingo, será o Dia do Contador. Com muita honra, pertenco a essa categoria tão importante.

A Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores que o Senado Federal está convocando para uma sessão especial a realizar-se no dia 23 de setembro, às 16h, destinada a homenagear a Profa. Terezinha de Jesus Almeida Silva Rêgo pelos memoráveis e relevantes serviços prestados à ciência e à população maranhense. Esse requerimento é de autoria do nosso querido Senador Weverton, do PDT, do Maranhão.

Eu passo a Presidência ao meu querido amigo Eduardo Girão para que eu possa também fazer o meu pronunciamento.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Imediatamente, eu passo a palavra ao querido Senador pelo Distrito Federal Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vou comentar hoje aqui que, agora, às 10h, nós temos um encontro com a bancada do Distrito Federal.

Como todos sabem, nós temos que começar agora a discussão do Orçamento para 2020. Nós temos agora a prerrogativa de apresentar as emendas impositivas, sejam individuais, sejam emendas de bancada. Nós precisamos fazer a discussão para definirmos as prioridades e elegermos aqui as emendas. Então, às 10h, nós faremos um encontro dos Parlamentares: são oito Deputados Federais e três Senadores. E, hoje, nós receberemos o Governo. Estamos aguardando a presença aqui dos secretários – Secretário de Saúde, de Educação, de Obras, de Ação Social, que são as maiores demandas –, para que possamos avaliar e discutir com eles as prioridades. Nós já sabemos disso – recebemos, inclusive, um caderno, que foi muito bem elaborado, com as maiores demandas de cada pasta – e agora nós vamos ouvir dos secretários os argumentos, para que eles possam nos convencer a colocar as emendas individuais e de bancada.

Mas eu tive uma reunião ontem com o Governador para discutir essa questão, uma prévia da reunião, porque, além de definirmos as emendas para 2020, cabe a mim, que sou coordenador da bancada, cobrar a execução das emendas anteriores. Nós temos alguns milhões que ainda não foram executados, e, antes de começar a discussão para 2020, eu quis fazer um balanço do que está acontecendo com as emendas de 2016 até 2019. E quero aqui aproveitar para passar para a população, de um modo geral, como está o andamento das emendas anteriores.

Uma emenda que é a marca da bancada e que foi decidida pela bancada em 2016, que na época não era impositiva por lei – não era impositiva como há hoje a lei específica –, nós a colocamos na LDO. Na LDO, nós iniciamos em 2016, para ser executada em 2017, já as emendas impositivas. Então, a bancada resolveu, para colocar uma marca da bancada, construir um hospital do câncer. Na época, havia uma demanda muito grande de exames de oncologia. Então, por unanimidade, nós decidimos colocar, na época, R\$145 milhões, valor que, evidentemente, depois, com o contingenciamento, chegou, atualmente, a R\$121 milhões.



Em 31 de dezembro de 2018, no último dia, para não perder o recurso, o GDF entrou com ação judicial, porque iria perder o prazo. Depois, houve o julgamento da ação, houve alguns problemas de interpretação, mas conseguimos, agora, recentemente – estive duas vezes na Caixa Econômica –, em nome da bancada, nós conseguimos prorrogar por seis meses para que o GDF pudesse complementar as exigências da construção do Hospital do Câncer.

O Governador assumiu ontem e me disse que toda a papelada, que todas as pendências foram resolvidas e que o processo já estava pronto para licitação. Então, eu espero que comece agora a construção – e ele garantiu que começaria a construção do Hospital do Câncer.

É evidente que R\$121 milhões não é o suficiente para construir o hospital todo. Talvez chegue a algo em torno de R\$240 milhões ou R\$250 milhões, mas a bancada tem o compromisso de colaborar, até porque o espírito das emendas de bancada é de que fossem para projetos estruturantes, e nós tínhamos que assumir o compromisso de, iniciando uma obra, ter a responsabilidade de concluí-la. Não dá para todo ano iniciar uma obra e deixá-la incompleta.

Então, nós temos a responsabilidade, para 2021, evidentemente que já no Orçamento de 2020, de colocar recursos para garantir a conclusão, se o GDF não colocar recurso próprio, do Hospital do Câncer, porque há uma demanda muito grande.

Eu estive agora com os médicos oncologistas do Hospital de Base, que também apresentaram uma sugestão para contornar provisoriamente a questão da oncologia fazendo uma reforma no Hospital de Base para atender a questão do câncer, o que também passei para o Governador, que ficou de analisar lá com os técnicos o projeto para que a gente pudesse colocar uma emenda, mas com um projeto efetivado, concluído, para evitar perder o recurso.

Então, esse Hospital do Câncer ficará próximo do Hospital da Criança, que já existe, e vai atender não só as crianças, como já atende o Hospital das Crianças, que é uma referência. Ele era um hospital da Abrace que depois foi passado para o GDF, mas que tem uma gestão que é referência do País, que é muito dedicado ao câncer da criança. Agora, vão construir do lado, então, o hospital do câncer para atender toda a população. Então, essa emenda é de 2016 para 2017.

As emendas de 2017 para 2018 nós cobramos também, porque colocamos a construção do viaduto do Recanto das Emas e Riacho Fundo II, porque é uma loucura o trânsito daquela cidade. Talvez seja a prioridade hoje da população do Recanto das Emas e do Riacho Fundo II. Nós colocamos R\$36 milhões, o dinheiro está disponível, e o Governo me garantiu ontem que já cumpriu todas as exigências e que também iniciará agora o processo de licitação. Então, para a população do Riacho Fundo II e do Recanto das Emas, está aí a contribuição da bancada do DF na construção desse viaduto.

Colocamos em torno de R\$80 milhões para a reforma de vários hospitais. Eu mesmo já tinha, na minha emenda individual, adquirido para alguns hospitais, inclusive para o hospital de Planaltina, tomógrafos, que estão, há três anos, encaixotados, porque, se ligar, cai a energia, que não aguenta. Nenhum hospital hoje do DF tem energia suficiente para absorver os equipamentos novos que estão adquiridos.

Então, nós colocamos R\$80 milhões para essa reforma, em 2017 para 2018, que também não estava ainda em fase de execução. Cobramos isso, e o Governo está tendo alguma dificuldade em concluir alguns hospitais. Eu sugeri que transferisse para outros, caso houvesse um outro com problema, mas que nós não poderíamos perder as emendas, que eram importantes para a saúde



com relação à estruturação de energia elétrica, ar condicionado, caldeiras. Então, nós cobramos e estamos aguardando uma solução definitiva com relação a isso.

Nas emendas de 2017 para 2018 ainda, nós temos também vários outros projetos.

Agora, nós colocamos de 2018 para 2019, para construção, R\$62 milhões, que já foram liberados para custeio da saúde. O Governo, no início, solicitou que se colocasse em custeio. A bancada resolveu, então, e colocamos R\$80 milhões. Depois houve o contingenciamento e foi para R\$62 milhões, mas colocamos o resto na educação e na segurança. A segurança já executou, foi com compra de equipamentos, viaturas, etc., da Polícia Civil. Há também a Polícia Militar, o Corpo de Bombeiros e a educação.

Inclusive, cobrei ontem do Governador, porque uma das escolas que nós tínhamos acertado de construir, independentemente daquilo que o Governo ia fazer, era uma escola no Sol Nascente. Então, já há uma escola que será construída por uma empresa do DF, a empresa do Paulo Octávio inclusive, que, por compensação ambiental, assumiu o compromisso de construir uma escola no Sol Nascente. Mas, como o Sol Nascente e o Pôr do Sol são muito carentes, nós exigimos, porque colocamos uma emenda impositiva para se construir também uma escola no Sol Nascente.

Reforcei com o Governador o projeto que nós conseguimos aqui no Ministério da Cidadania de construir, também no Sol Nascente, uma Estação Cidadania, que é um projeto do Governo Federal maravilhoso, em que há espaço para cultura, esporte, lazer, para deficiente, para a terceira idade, com tecnologia, formação, qualificação profissional. É uma coisa de Primeiro Mundo muito bacana que nós conseguimos. Eu confirmei com o Governador ontem, reforcei com ele a importância de liberar o terreno que nós conseguimos na Terracap. Já temos o desenho, já entreguei a escritura para o Ministro. Faltava, então – e o Governador assumiu o compromisso ontem de fazer isto – reforçar essa questão na Terracap do terreno, para que possamos iniciar o processo de licitação da Estação Cidadania, que acho que é a primeira do Brasil a ser construída, no Sol Nascente.

E fui discutir – nós fizemos aqui algumas audiências públicas – a questão da segurança pública, porque, de certa forma, eu particularmente estava muito preocupado. Chamei a bancada, nós fizemos uma reunião e decidimos fazer uma audiência pública com as representações dos policiais militares e bombeiros, porque nesta Casa, através do Congresso Nacional, na Comissão Mista de Orçamento, nós já aprovamos uma dívida antiga do Governo, que é a paridade da Polícia Civil com a Polícia Federal.

Senador Eduardo Girão, com relação à situação da Polícia Civil do DF, quando foi criada a legislação da Polícia Civil, na inauguração da Capital, o servidor podia escolher, porque era a mesma lei, se queria assumir a Polícia Federal ou a Polícia Civil. Era uma escolha, porque a lei é única. E sempre houve essa paridade: o salário da Polícia Civil sempre foi igual ao da Polícia Federal aqui do Distrito Federal.

Houve um determinado momento, ainda no Governo PT, do Agnelo, em que ele sinalizou em dar um reajuste para a Polícia Civil. A Presidente Dilma, na época, solicitou ao Governo que não desse o reajuste porque ela não tinha condições de dar a paridade com a Polícia Federal. Aí o Governo acabou não dando para a Polícia Civil o aumento que estava programado. Em seguida, a Presidente Dilma deu o aumento para a Polícia Federal. E o GDF não deu o equivalente para a Polícia Civil.



Então, ficou essa defasagem durante alguns anos. E era um desejo e um compromisso do Governador e compromisso nosso também resgatar essa paridade. Então, nós aprovamos já, na Comissão Mista de Orçamento, o reajuste em seis parcelas, com os valores já definidos no fundo constitucional. Está tudo pronto para aprovamos aqui a medida provisória. Basta o Governo encaminhar a medida provisória para nós. Na última reunião de que participei sobre isso com o Governo Federal, soube que eles estão aguardando a aprovação da reforma da previdência. Após a aprovação da reforma da previdência, possivelmente eles já encaminharão a medida provisória.

E eu trouxe essa preocupação, por isso a audiência pública com os policiais militares e os bombeiros, porque nós sabemos que também sempre houve uma certa paridade, um certo equilíbrio entre a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. A minha maior preocupação, por isso convocamos a reunião da bancada, foi exatamente isto: não havia até aquele momento nenhuma sinalização de qualquer procedimento com relação à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros. Então, percebendo essa insatisfação, nessas conversas, nós fizemos audiência, e, por unanimidade, a prioridade da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros é o reajuste. Depois, vamos trabalhar a questão da reestruturação da carreira e tudo o mais.

Já solicitei ao Líder do Governo, já solicitei ao Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, que eu pudesse relatar aqui o PL 1.645, que ainda está na Câmara, das Forças Armadas, que também merecem todo o meu respeito e o meu carinho, porque sempre trabalhei, inclusive, criando uma Subcomissão na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para poder proteger os policiais, os militares das Forças Armadas, que nunca conseguiram – porque a lei proíbe – a sindicalização. As categorias que têm mobilização através de sindicato conseguem se mobilizar e muitas vezes conseguem benefícios em função da mobilização. E as Forças Armadas nunca tiveram essa possibilidade, porque é proibido sindicalizar. Então, nós criamos a Subcomissão, porque eu sempre trabalhei em defesa dos policiais militares, das Forças Armadas, e estamos trabalhando agora também na perspectiva de incluir o policial civil, o policial militar, bombeiro e policial militar, no 1.645, por se tratar também de uma polícia federal, já que ela é organizada e mantida pelo fundo constitucional.

Então, nós estamos avaliando e estudando isso, mas o Governador me garantiu ontem que não fará, não encaminhará nenhuma proposta de reajuste para a Polícia Civil sem mandar junto a proposta de reajuste também da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Então, quero aqui, de certa forma, tranquilizar os policiais militares e bombeiros, porque o Governador nos garantiu que, junto com a proposta encaminhada pelo Governo Federal do reajuste da Polícia Civil, ele vai encaminhar também uma proposta de reajuste para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Nós vamos agora identificar o valor, o percentual, mas há esse compromisso. Então, fiquem tranquilos aí, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros, porque não haverá nenhum reajuste sem antes resolvermos a questão do aumento que deverá vir junto, na mesma medida provisória, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

Quero aqui agradecer. Era isso que eu tinha a dizer.

Daqui a pouco, às 10h, nós faremos um encontro com a bancada para definirmos as emendas. Definirmos não; ouvirmos o DF, os seus secretários, para ouvir as demandas e prioridades, para depois... Semana que vem, nós faremos também com a Universidade de Brasília, os institutos federais, as instituições públicas federais, para ver as demandas também aqui no Distrito Federal.



O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Izalci, me permite um aparte?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Eu quero cumprimentar V. Exa., porque quando V. Exa. citou os bombeiros, me lembrei, de forma positiva, de que eu assinei uma emenda de V. Exa., e V. Exa. assinou uma também minha, que tenta resgatar a situação, na reforma, dos vigilantes, dos guardas de trânsito e dos guardas municipais.

Os vigilantes, V. Exa. conhece bem o Chico Vigilante, estão muito preocupados quando desaparece da Constituição o direito de eles se aposentarem com a periculosidade. Sei que V. Exa. apresentou uma emenda nesse sentido, e eu também apresentei. Vamos torcer para que a gente consiga, no fim, atender essa demanda dos vigilantes de todo o País, dos guardas municipais e dos guardas de trânsito, que é um setor da segurança. Só eles foram excluídos da possibilidade de ter a aposentadoria especial com 25 anos de efetiva contribuição.

Eu estou fazendo esse destaque porque a sua assessoria me procurou. Eu assinei com satisfação. Vamos tentar construir juntos aí uma alternativa para esses nossos trabalhadores.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – É, assim como, Senador Paim, a Polícia Civil também ficou fora.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Polícia Civil também, exatamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PSL/PSDB - DF) – A do Distrito Federal, que é uma instituição remunerada, mantida pelo Poder Público Federal, acabou ficando fora. Já apresentamos uma emenda corrigindo essa distorção. Evidentemente nós entendemos que ela deve ser apresentada na PEC paralela, porque a outra já está praticamente definida. E, inclusive, ontem o Relator Tasso Jereissati já leu o relatório, apenas excluindo a questão dos servidores públicos que foram concursados antes de 2003, corrigindo uma distorção que havia, mas, como foi uma emenda de supressão, não carece de devolver a matéria à Câmara. Mas, com certeza, na PEC paralela, nós vamos trabalhar juntos para aperfeiçoar o sistema da previdência social.

Parabenizo V. Exa., incorporo o seu aparte e agradeço ao Presidente.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – MUITÍSSIMO obrigado, Senador Izalci Lucas, sempre aqui presente conosco.

Neste momento, já faço aqui a transferência da palavra para o Senador Acir Gurgacz, que vai fazer o seu pronunciamento.

Desejo um bom pronunciamento a V. Exa.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham através da TV Senado e da Rádio Senado, antes de iniciar o meu pronunciamento, Presidente Girão, Senador Paim, eu registro a presença do Dr. Gilberto Piselo, nosso primeiro suplente, que nos visita aqui em Brasília. Saiu hoje de manhã de Porto Velho, é residente lá em Ji-Paraná há 40 anos. Paulista



de nascimento, mas rondoniense de coração, assim como eu, que sou paranaense de nascimento, mas rondoniense de coração também há 40 anos.

Seja bem-vindo, Dr. Gilberto Piselo!

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Pois não.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para apartear.) – Gostaria de dizer que, dialogando com ele, percebi que, além de ser o seu primeiro suplente, ele é advogado das grandes causas. Ele me falava aqui de algumas causas que ele defende. Assim, percebi que V. Exa. está muito bem acompanhado desse senhor que é seu suplente, a quem tive a alegria de conhecer pessoalmente hoje, quando V. Exa. me apresentou a ele.

Ficam aqui os meus cumprimentos a V. Exa. pela escolha do suplente.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado, Senador Paim.

Aliás, ontem, tivemos uma bela reunião na CDH, com a presença de muitos Senadores, quando tivemos o prazer, Senador Girão, de votar todos os projetos terminativos que estavam ali há algumas semanas, bem como de fazer debates importantes, como o do projeto do Senador Alessandro sobre a plantação da *cannabis*.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Sim, é um tema controverso, mas importante.

Nós temos de enfrentar esse tema, e a solução que todos ontem decidimos, sob a regência do nosso Presidente Paulo Paim, foi a melhor: vamos continuar debatendo, discutindo, vamos aguardar o Senador Alessandro, para que ele possa nos ajudar a entender o seu pensamento. Eu sei que V. Exa. tem também um projeto em separado, que eu entendo que é importante. E assim é a democracia: o importante é discutir, debater e aprovar aquilo que nós entendamos que seja melhor para a população brasileira, não o melhor para fulano, beltrano ou sicrano, ou porque tenhamos que aprovar aqui e agora porque "eu estou aqui neste momento, saí de uma reunião e vim aqui para somar e ajudar". Isso é importante, mas não é o principal. O principal é nós acharmos aquilo que é melhor para a população brasileira, que precisa de uma solução para isso. São vários os pacientes que precisam desse medicamento e tem o Governo que dar a solução.

Eu entendo que o plantio da *cannabis* não seja a solução para o Brasil neste momento. Não acho que o Brasil esteja preparado para liberar o plantio neste momento. Em contrapartida, cabe ao Governo atender a quem precisa, fazendo com que as importações sejam feitas do remédio já pronto. Se existem outros países com tecnologia mais avançada nesta linha, talvez seja importante nós aguardarmos um pouco mais, nós conseguirmos evoluir nessa questão do plantio. Aliás, já temos um laboratório brasileiro, uma ONG ou laboratório, não tenho exatamente a lembrança no momento, que já está plantando mais de 30 variedades e está fazendo um trabalho de desenvolvimento desse remédio, desse medicamento.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – V. Exa. me permite um aparte?

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Claro, com maior prazer, Senador Girão. Não é o tema do meu pronunciamento, mas eu entendo que é um tema importante para a gente discutir.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – O aparte, rapidamente, é só para dar uma boa notícia. Eu acho que a gente precisa de boas notícias, não apenas no Brasil, mas no mundo.

A boa notícia é que, nesta semana, nós já entramos com um projeto de lei aqui no Senado Federal, Senador Acir – eu espero que ele vá tramitar rapidamente, até pela necessidade dessas 200, 300 famílias que estão precisando –, para que o Governo dê de graça esse medicamento para essas famílias. Então, que a importação seja rapidamente ajustada, liberada com mais facilidade. E, inclusive, existem indústrias aqui no Brasil, lá no Paraná, como o senhor colocou, em que já está muito avançada a sintetização do CBD, porque é esse que resolve, o óleo. Cientificamente, já está mostrado que, do contrário, pode dar é problema para a saúde, inclusive, o Conselho Federal de Medicina já mandou uma nota.

Então, para atender a essas famílias, a gente já entrou com um projeto de lei e nós vamos apresentar na próxima reunião, focando justamente algumas crianças que têm questão de epilepsia refratária.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito obrigado pelo seu aparte.

Mais uma vez, cumprimento o nosso Presidente da CDH, Senador Paulo Paim, pela maneira democrática como conduz, sempre achando a convergência. O importante é entrarmos em um acordo entre todos, se não todos, como, às vezes, não é possível a unanimidade, mas a maioria dos Senadores. Assim é a democracia.

Como o Senador Paulo Paim sempre diz: "Nós podemos perder e podemos ganhar, mas temos que votar". Mas, para votar, temos que discutir para realmente termos a certeza de que estaremos votando sempre com a intenção daquilo que é melhor para o nosso País.

Senador Paim, com prazer.

O Sr. Paulo Paim (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me, nesse aspecto democrático, estamos aqui nesta sexta-feira, só elogiar V. Exa. E vou dizer por quê. Não adianta eu falar aqui baixinho, ao lado do seu suplente, que já vota no senhor; e não é aqui para pedir voto não, mas quero só dar esse depoimento.

Criam-se muitas subcomissões nesta Casa, mas eu quero dar esse depoimento como Presidente da Comissão de Direitos Humanos: a Subcomissão que mais funciona – com isso aqui eu não estou, digamos, desvalorizando ninguém, é para seguir o seu exemplo – é a Subcomissão que V. Exa. preside lá. Eu fui convidado para assistir a alguns debates, brilhantes, que V. Exa. provocou nessa Subcomissão. V. Exa. vai me dar relatos, porque já surgiram projetos que já foram apresentados na Subcomissão sobre Mobilidade Urbana, que V. Exa. preside, com muita competência, trazendo convidados preparadíssimos. Isso é uma contribuição ao Brasil.

Eu, de forma elogiosa, gostaria muito de dizer: tomara que as outras Subcomissões lá da CDH ou de outras também funcionem com o mesmo potencial daquela que V. Exa. preside. E até



mais, por que não? Mas, se ficarem no mesmo potencial da que V. Exa. preside, eu já ficaria feliz lá na CDH.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Agradeço, Senador Paim. De fato, a Subcomissão já deu entrada em um novo projeto com relação à regulação ou regulamentação do uso de patinetes no Brasil, um projeto básico, dando a cada um dos Municípios a sua competência para fazer os ajustes, num projeto local, daquilo que é melhor para cada Município, pois aquilo que pode ser usado aqui em Brasília é diferente daquilo que pode ser usado em Ji-Paraná, Porto Velho, São Paulo, Porto Alegre. Então, nós temos que fazer aqui um projeto principal, deixando as peculiaridades para cada Município. Esse é um dos projetos que já nasceu dessa Subcomissão, que tem o total apoio do nosso Presidente Paulo Paim.

Mas o meu pronunciamento hoje aqui, Sr. Presidente, é com relação ao esgotamento sanitário da cidade de Ji-Paraná. Ji-Paraná e o Estado de Rondônia estão vivendo uma data histórica nesta sexta-feira, dia 20 de setembro 2019. É a data que marca o início oficial das obras de esgotamento sanitário na nossa cidade, o início das obras de coleta e tratamento do esgoto pelas quais nós tanto trabalhamos aqui no Senado. É uma obra que terá um impacto muito grande na qualidade de vida, na saúde da população, no meio ambiente e na economia não só da nossa cidade, mas também do Estado de Rondônia.

Hoje à tarde, por volta das 15h, o Governador Marcos Rocha e o Prefeito Marcito, de Ji-Paraná, junto com outras autoridades do nosso Estado, estarão dando o início às obras, porque a ordem de serviço foi dada já no ano passado. Hoje vai ser dado o início das obras. A solenidade ocorrerá no principal canteiro de obras desse projeto, que já está instalado na Avenida Seis de Maio, no centro da cidade.

É com alegria e emoção que faço este pronunciamento aqui na tribuna do Senado Federal, mas confesso que o meu desejo era estar presente, com os meus conterrâneos, os meus amigos, lá na minha cidade de Ji-Paraná para, juntos, celebrarmos este dia histórico para a nossa cidade, esta grande conquista para o nosso povo. Mas, se as condições da política impedem que eu esteja, pessoalmente, na minha cidade, saibam que o meu coração está vibrando de alegria junto com vocês, para colher esse fruto do nosso trabalho, trabalho em conjunto – trabalho feito aqui, trabalho feito em Ji-Paraná, trabalho feito em Porto Velho, pelo Governo do Estado –, fruto de um projeto coletivo, do sonho de cada cidadão da nossa cidade de Ji-Paraná: o sonho de ter água tratada, esgoto coletado e tratado e mais saúde para as nossas crianças, para toda a nossa gente e para as futuras gerações.

Como diz o ditado, só colhe quem planta, só realiza quem sonha. E, para que um sonho se realize, ele precisa ser coletivo, pois, como diz a música, "sonho que se sonha só é só um sonho que se sonha só, mas sonho que se sonha junto é realidade".

Eu sonho com o saneamento básico de Ji-Paraná desde que cheguei à cidade, lá pelos anos 80. Plantei essa semente em terra fértil, quando fui Prefeito, em 2001, quando elaboramos o primeiro plano de saneamento básico da cidade de Ji-Paraná. Compartilhei esse sonho e cultivei esse projeto com muita gente. E, graças a Deus, hoje estamos colhendo os frutos.

Já temos as obras de expansão da rede de abastecimento de água em andamento, que em breve vai atingir 100% dos domicílios, e agora vamos iniciar essa obra de esgotamento sanitário.



Serão investidos mais de R\$187 milhões na construção de Estações de Tratamento de Esgoto, de várias estações de bombeamento, e numa rede coletora de 472km, com mais de 36 mil ligações domiciliares para atender cerca de 80% da população do perímetro urbano da cidade de Ji-Paraná.

Uma obra de esgotamento sanitário, como a que estamos iniciando, tem a força de transformar a cidade e mudar alguns paradigmas da vida política, social e econômica de Rondônia e de nosso País.

O primeiro deles é o de que enterrar cano para coleta de esgoto não dá foto e, portanto, também não dá voto. Ou seja, sob o ponto de vista da velha política, Senador Girão, valeria mais a pena construir vistosos viadutos e pontes – como o que de fato construímos em Ji-Paraná, uma obra que é lembrada no dia a dia – do que aplicar vultosos recursos em redes de esgoto, o que é muito importante.

Eu luto contra essa máxima, e, nesse caso, o trabalho pelo saneamento básico de Ji-Paraná já rendeu muitas fotos e, mesmo sem pensar nos votos, temos o reconhecimento da população pelo nosso trabalho nesse projeto também. A população sabe distinguir quem de fato trabalhou de quem aparece apenas na hora de tirar a fotografia.

Eu sempre trabalhei contra essa máxima de que esgoto não dá voto e, mesmo destinando muitos recursos para obras de infraestrutura, tenho priorizado os investimentos em educação, na saúde e no saneamento básico de todas as nossas cidades do Estado de Rondônia.

Prova disso é que trabalhei muito para que essa obra fosse viabilizada, desde o momento em que começamos a pensar num plano municipal de saneamento básico, drenagem urbana e manejo das águas pluviais de Ji-Paraná, lá em 2001, volto a dizer, quando fui Prefeito municipal da minha cidade.

Este plano foi retomado na gestão do Prefeito Jesualdo Pires, em 2013, tendo o atual Prefeito, Marcito Pinto, naquela época, como Secretário de Planejamento. Fui um trabalho feito a muitas mãos, envolvendo técnicos da prefeitura e de nosso gabinete, com apoio da Caerd e do extinto Ministério das Cidades. Juntos, elaboramos o projeto básico para o esgotamento sanitário de Ji-Paraná, que foi apresentado à população no dia 16 de agosto de 2013, em uma grandiosa audiência pública na Câmara Municipal da cidade.

Enquanto a Prefeitura, os técnicos e a população de Ji-Paraná discutiam o projeto de saneamento para a cidade, nós começamos a correr atrás de recursos federais para realizar a obra, visto que nem o Município nem o Estado tinham esses recursos disponíveis – não tinham e também não têm.

Ainda em 2013, percorri vários ministérios e fui até a Presidência da República para incluir o projeto de Ji-Paraná no Orçamento da União e colocá-lo como prioritário na primeira fase do Plano Nacional de Saneamento Básico 2014/2033, pois o projeto já tinha os requisitos técnicos e fiscais.

Com isso, o convênio entre a Prefeitura de Ji-Paraná, o Governo do Estado – através da Caerd –, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal foi assinado no dia 17 de junho de 2015.

Em 2016, quando fui, pela primeira vez – desculpa –, pela segunda vez, Relator de Receitas do Orçamento Geral da União, conseguimos assegurar definitivamente os recursos para o projeto e iniciar a etapa de ajuste fino do projeto básico, em que cada detalhe foi repensado, revisto e



analisado criteriosamente até se chegar à melhor opção técnica e ao melhor custo-benefício para o Município, para o Estado e para a população.

A divulgação do documento com a Síntese do Projeto Aprovado (SPA) foi confirmada no dia 31 de março de 2016 pelo então Ministro das Cidades, Gilberto Kassab, em uma reunião em nosso gabinete, aqui no Senado Federal, que contou com a participação do então Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Paulo Ferreira.

Com a assinatura do Ministro Kassab, o Governo do Estado foi autorizado a elaborar o projeto executivo da obra, pois os recursos financeiros no valor de R\$187 milhões estavam assegurados. Foi uma grande conquista, o coroamento de um trabalho sério e de profissionais competentes. Agora, aquele projeto básico foi sendo transformado num projeto executivo, com todos os detalhes que uma obra desse porte merece e precisa.

Essa também foi uma etapa que fiz questão de acompanhar de perto, para evitar o que aconteceu com a nossa capital, Porto Velho, que recebeu mais de R\$700 milhões a fundo perdido da União para investir em saneamento e, de fato, perdeu todo esse recurso, pois os gestores de então iniciaram a obra apenas com o projeto básico, ou seja, sem o detalhamento da obra, e todos sabem o final trágico dessa história: Porto Velho não teve esse recurso aplicado na sua cidade, na nossa capital.

Portanto, para elaborar e concluir o projeto executivo das obras de saneamento, conseguimos, junto ao Ministério das Cidades, agora já na gestão do Ministro Bruno Santos, a liberação de R\$3 milhões. Isso ocorreu no dia 27 de junho de 2017. No mesmo ano, no dia 6 de outubro, o Ministro das Cidades, Bruno Araújo – não Bruno Santos, como disse antes –, estava em Ji-Paraná para a cerimônia da entrega de 800 moradias do Programa Minha Casa Minha Vida, no Residencial Capelasso...

(Soa a campainha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – ... e anunciou o empenho de R\$20 milhões para o início das obras, ou seja, parte do valor que incluímos no Orçamento da União para as obras de saneamento básico já tinha sido empenhada para o Ministério das Cidades e estava apta para ser liberada. Faltava apenas a conclusão e a aprovação do projeto executivo, bem como a assinatura da ordem de serviço.

Isso ocorreu no dia 10 de dezembro de 2018, quando o então Ministro das Cidades, Alexandre Baldy, esteve em Ji-Paraná e, junto com o então Governador Daniel Pereira e o Prefeito Marcito Pinto, assinou uma ordem de serviço para o início das obras.

É evidente que, com a troca de Governo nas esferas federal e estadual, novos trâmites burocráticos foram necessários, e agora estamos novamente emitindo outra ordem de serviço, o que será feito hoje pelo Governador do Estado e pelo Prefeito municipal. Agora, a obra tem um prazo de dois anos para ser executada, e, assim como acompanhei de perto a elaboração do projeto, vou também acompanhar de perto a sua elaboração.

Esse é um sonho que alimento há 20 anos. Trabalhamos nesse projeto há sete anos, e espero que a execução da obra tenha um ritmo mais acelerado e que seja concluída dentro do cronograma previsto e com os custos orçados. Não podemos mais admitir desvios e superfaturamento em obras de saneamento básico, como, infelizmente, ocorreu em Porto Velho. Por isso, vamos fiscalizar,



acompanhar de perto, junto com o Prefeito Marcito, a execução dessa obra que tanto trabalhamos para levar para a nossa cidade.

Como já disse, essa é uma obra que vai ter um impacto muito grande na cidade. Teremos os transtornos que uma obra desse porte pode causar nas vias públicas, com buracos, máquinas nas ruas, mas o impacto positivo e de longo prazo é muito grande. Vou citar apenas o impacto na saúde, pois acredito na máxima de que, a cada real investido no saneamento, economizam-se pelo menos R\$4 em saúde pública.

Acredito que investir em saneamento é uma medida preventiva na saúde da população e uma ferramenta de grande eficácia na gestão dos gastos governamentais. Por isso, vou continuar trabalhando para que possamos melhorar o saneamento básico das cidades de Rondônia, como já fizemos na cidade de Cacoal, para onde destinamos recursos para o esgotamento sanitário do Distrito de Riozinho, assim como para a área urbana da cidade, que, por sinal, é a que tem o melhor índice de esgotamento sanitário no nosso Estado de Rondônia.

Em Vilhena, ajudei a Prefeitura na elaboração do projeto e na captação de R\$110 milhões do Governo Federal para o tratamento do esgotamento sanitário da cidade. Em 2018, conseguimos empenhar R\$50 milhões para essa finalidade, mas a elaboração do projeto executivo da obra ainda está na Caerd.

Precisamos resgatar esse projeto, concluir o projeto executivo, realizar a licitação e iniciar essa obra o mais rápido possível; senão, vamos perder os recursos. O Prefeito de Vilhena tem que acreditar nesse projeto e se empenhar, assim como foi feito nas cidades de Ji-Paraná e Cacoal.

Enfim, tenho apoiado pequenos e grandes projetos de saneamento em Rondônia porque acredito que isso tem que ser prioridade do Poder Público. Vejo que o que falta para a execução das obras de saneamento são bons projetos, vontade política e pulso firme do gestor público. Não podemos mais perder dinheiro por conta da incompetência de alguns gestores. Precisamos de bons projetos e executar as obras de que nosso povo precisa, com uma gestão empreendedora, de qualidade, com transparência e resultados para todos. Como exemplo, cito a duplicação da BR-364 e o viaduto feito em Ji-Paraná.

O saneamento básico deve ser encarado como prioridade por todos, e a sociedade precisa fazer sua parte e pressionar governantes para que a premissa de que o tratamento de esgotos não dá votos não seja preponderante. Enterrar canos é preciso. No nosso caso, é urgente, pois a falta de saneamento é um grave problema de saúde pública a ser resolvido.

Aproveito para registrar também, Sr. Presidente, que estamos na semana da tradicional Expojipa, na cidade de Ji-Paraná, em sua 40ª edição, que se iniciou com a cavalgada no último domingo, dia 15, e vai até o próximo domingo, dia 22.

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Minha saudação ao Serjão, Presidente da Expojipa, e a toda a sua diretoria, que faz essa grandiosa festa que já faz parte da cultura do nosso Município de Ji-Paraná e também de todo o nosso Estado de Rondônia. Desejo uma boa festa para a população do nosso Município, mais uma vez parabenizando o Sérgio, nosso Presidente da Expojipa, e toda a sua diretoria.

Eram essas as minhas palavras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Acir Gurgacz.

Eu queria saudar também aqui os visitantes que estão chegando agora à galeria do Senado Federal, neste Plenário, os alunos do ensino fundamental do Colégio Nacional Educação para Sempre, de Uberlândia. Sejam bem-vindos. Esta Casa aqui é a casa de vocês. Obrigado pela visita.

Hoje nós estamos com o Plenário um pouco vazio. Os Senadores geralmente, na sexta e no final de semana, desenvolvem o trabalho nas suas bases, nos seus Estados. Nós estamos aqui hoje numa sessão tranquila, em que expomos ideias, assuntos, fazemos debates.

Neste momento, eu vou passar a Presidência para o Senador Acir Gurgacz e vou fazer o meu pronunciamento.

Muito obrigado pela visita.

(O Sr. Eduardo Girão deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Acir Gurgacz.)

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Com a palavra o Senador Girão, do Estado do Ceará.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Senador Acir Gurgacz, do Estado de Rondônia, funcionários desta Casa, visitantes que estão aqui na galeria nos trazendo força e luz, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, eu subo a esta tribuna, hoje e sempre, agradecendo a Deus pela oportunidade de estar aqui servindo à minha Nação, servindo ao meu povo e, com muita alegria, combatendo o bom combate em assuntos importantes para a Nação em que a gente vive, principalmente para a geração que está aqui, os alunos lá de Uberlândia.

O momento do nosso Brasil é um momento mágico, é um momento importante em que estamos construindo o futuro de vocês. Olhem a responsabilidade que a gente tem! É muita responsabilidade com os sonhos que vocês têm de viver em um país com inúmeras potencialidades, um país que tem uma riqueza impressionante sob todos os aspectos, mas perante o qual, infelizmente, hoje, temos muitos desafios, especialmente no que diz respeito ao combate à corrupção, especialmente à busca pela verdade, à transparência. E é sobre isso que eu vou falar desta tribuna hoje.

Eu estou aqui, Senador, telespectadores da TV Senado e ouvintes, funcionários, com a capa da revista *IstoÉ*, que está chegando às bancas daqui a pouco. Esta matéria de capa fala sobre a CPI da Lava Toga, que já, graças a Jesus, caiu na boca do povo brasileiro como um símbolo que a gente precisa vencer. E depende apenas desta Casa abrir essa tão importante, essa essencial, essa fundamental investigação sobre o Poder Judiciário, o único – repito –, o único Poder cuja caixa-preta ainda não se abriu no Brasil. Mas está bem perto, está bem próximo.

E é fundamental que isso ocorra o quanto antes, para este País se libertar, para este País renascer com força para o mundo, porque o mal de todos os males hoje da nossa Nação é essa chaga da corrupção, que coloca este País de joelhos há décadas para a impunidade.

Quando a gente luta pela abertura dessa CPI, a gente está defendendo essa instituição importante que é o Supremo Tribunal Federal, porque o STF é crucial para a democracia. A gente não pode pensar jamais em outro tipo de atitude a não ser fortalecer o Supremo Tribunal Federal, porque a gente sabe da importância dele para o equilíbrio dos Poderes, para a democracia. Agora,



é fundamental que haja essa investigação, porque há membros não apenas do Supremo, mas também dos outros tribunais superiores do Brasil que têm fatos determinados, abertos aqui para os Senadores: é deste tamanho a quantidade de indícios que precisam ser investigados! Enquanto não o forem, fica uma névoa, fica algo obscuro e acaba manchando ministros que estão fazendo o seu trabalho íntegro, que eu digo aqui que são a maioria.

Essa reportagem é extremamente esclarecedora e contribui, sim, para a busca pela verdade. Aliás, no próximo dia 25 de setembro, a partir das 14h, você brasileiro e você brasileira não têm outro compromisso mais importante. Quando eu digo "a partir", é porque é um dia de expediente normal, dia útil, e eu sei que a maioria dos brasileiros estará trabalhando, embora nós tenhamos um número vergonhoso de 13 milhões de desempregados, o que não era para estar acontecendo num País como o nosso, não, e a corrupção é um dos motivos. A corrupção mata, tira remédio do posto de saúde, tira segurança das ruas, mas, no dia 25 de setembro, a partir das 14h, nós temos um compromisso com a cidadania, nós temos um compromisso com a Nação brasileira aqui, na Praça dos Três Poderes – e é simbólico e emblemático que seja na Praça dos Três Poderes –, onde iremos nos reunir. Cidadãos, brasileiros, muitos Parlamentares, trabalhadores, famílias inteiras estarão conosco nos manifestando, a partir das 14h, embora o ápice será depois do expediente, às 18h – o ápice será nesse horário –, mas começará a partir das 14h.

Estão chegando ônibus do Brasil inteiro, fora a população de Brasília que está mobilizada – Senadores e Deputados daqui, de Brasília, estão chamando, inclusive. A população está sendo convocada para esse ato importantíssimo, que vai pedir com um tripé, amor, muita fé e, ao mesmo tempo, de forma pacífica, a CPI da Lava Toga, o fim do foro privilegiado, que protege 54 mil autoridades no Brasil e que está adormecida, prontinha para ser votada na Câmara dos Deputados, e o não é. O Senado já fez a parte; o Senado, esta Casa, nesse aspecto, está de parabéns, porque já provou aqui, por unanimidade, o fim do foro privilegiado, mas a Câmara dos Deputados ainda não fez a parte dela e está bem pertinho, basta tirar da gaveta e colocar para votar.

É isso que a população brasileira quer e a cada dia toma mais consciência porque sabe o que é que está por trás disso tudo e precisa que este País avance no combate à corrupção.

E o terceiro item é a análise de pedidos de *impeachment* de ministros dos tribunais superiores, que também depende do Senado. Só o Senado pode fazer isso. Nesse aspecto, a Câmara dos Deputados não pode, o Governo Federal não pode, você que está nos ouvindo não pode, mas o Senado pode e deve fazer o seu papel; é prerrogativa do Senado Federal.

A maior crise que a gente está vivendo – embora doa no coração e na alma essa crise econômica, essa crise social, com 13 milhões de desempregados, essa crise política que a gente vive no nosso País – e que a gente vai vencer, em nome de Jesus, é a crise moral, é a crise ética, porque este País está destinado para algo fantástico. Este País... Deus tem projetos maravilhosos para este País, mas a gente precisa vencer essa etapa dessa crise moral, crise ética.

A Operação Lava Jato é patrimônio seu, é patrimônio do seu filho, é patrimônio do seu avô, é patrimônio do povo brasileiro, que se levantou. Cinco anos fazendo-se justiça para todos. Treze bilhões seus desviados por empresários corruptos, por políticos corruptos, poderosos, que nunca sequer achavam que iam ser presos, e foram presos, graças a essa Operação Lava Jato, uma força-tarefa para a qual a gente tem que tirar o chapéu e pela qual a gente tem que agradecer a Deus todos os dias. Até agora, R\$13 bilhões recuperados, mas há muito mais. Isso é só a pontinha do



iceberg. Há muito mais para ser buscado de dinheiro desviado do povo brasileiro. Há muito mais gente que precisa prestar conta com a Justiça, e é importante que se preste conta com a Justiça. Todos.

E essa operação, infelizmente, Senador, eu chego a essa conclusão, está sendo tentada a cada dia, como um quebra-cabeça, com o objetivo de destruí-la, pelos três Poderes da República: o Poder Judiciário, de que nós já falamos aqui; o Poder Legislativo; e o Poder Executivo.

Não vou falar muitos exemplos, não. O Coaf, que iniciou, foi fundamental desde o início da operação Lava Jato, um órgão que cruza dados suspeitos, financeiros, foi jogado para o Ministério da Justiça, depois foi jogado para o Ministério da Economia e agora colocado para o Banco Central, como um apêndice. Não foi esse o compromisso que o Governo Federal, eleito com 57 milhões de votos, prometeu que faria no combate à corrupção.

A Receita Federal, que faz um trabalho fabuloso, está sendo amordaçada aos poucos. São 133 inquéritos contra contribuintes poderosos, inclusive familiares de Ministros, travados da noite para o dia pelo Supremo Tribunal Federal.

Interferências na Polícia Federal, uma das instituições mais acreditadas pelo povo brasileiro. E nós temos hoje projetos de abuso de autoridade. O Presidente vetou dezenas de pontos, e cabe a nós do Congresso, agora, confirmar esses vetos, porque ali são iniciativas para intimidar promotores, procuradores e juízes que estão fazendo o seu trabalho no combate à corrupção e na limpeza deste País.

A população tem que dar apoio. A população tem que se manifestar, seja pelas redes sociais, seja nas ruas, seja junto a seus Parlamentares, mas é importante a população chegar aqui perto. Esta Casa aqui é de vocês! Nós estamos aqui apenas para servir, com todas as nossas limitações e imperfeições, mas estamos aqui para servir. Nós recebemos bem por isso, temos aqui uma estrutura fantástica. Sabem quanto o Senado gasta por ano para manter aqui esta Casa funcionando? São R\$4,5 bilhões do seu dinheiro. Nós temos tudo aqui.

Não é fácil, porque são muitas as pressões, muitas atividades, mas, com o seu apoio, com a sua vibração, com a sua oração... Você, que é católico, que é evangélico, que é espírita, ore pelo Brasil, ore pelas autoridades, ore pelo Presidente da República, ore pelos Ministros do Supremo, ore sim! A gente sabe do poder da oração de tocar os corações. São seres humanos! Ore pelos Senadores, ore pelos Deputados, pelos Governadores, pelos Prefeitos, para que todos os governantes do Brasil tenham sabedoria, força, saúde e discernimento para fazer o que tem de ser feito para este País decolar, porque é isso que vai acontecer. A gente precisa de um pouco mais de ousadia.

Já me encaminhando para o final, Presidente, eu queria falar sobre a votação que nós tivemos na Câmara dos Deputados a respeito dessas regras eleitorais.

Presidente Jair Bolsonaro, o Senado fez a parte dele – estão de parabéns os Senadores – rejeitando todas aquelas excrescências, todas aquelas aberrações que abriam as portas para a prática do caixa dois de novo, que abriam possibilidades de se acabar com a transparência que havia sido conquistada em partidos políticos, porque grande parte deles são verdadeiros negócios. O Senado fez a parte dele, rejeitou. A Câmara dos Deputados, a maioria, porque houve bravos combatentes lá, bravos, nem pensou na opinião pública, nem pensou, nem deu satisfação e foi lá e desfez tudo que o Senado fez, e colocou, no dia seguinte – no dia seguinte –, vários pontos que a gente havia rejeitado aqui, que são péssimos para a transparência de partidos políticos.



Só para vocês terem uma ideia – só para vocês terem uma ideia –, com essa votação que houve na Câmara... O Presidente tem a chance, o Presidente da República tem a chance de vetar e mostrar a coerência dele com o que falou na campanha, mostrar que ele está com o povo brasileiro ou, simplesmente, eu já vi nas redes sociais uma mobilização, Senador, engavetar. O Presidente pode chegar e, até o dia 2 de outubro, se ele não vetar, se ele não deliberar, não vale já para as eleições de 2020, porque esse é o objetivo, é irrigar com o dinheiro seu, e tirando a transparência do processo eleitoral do ano que vem. Mas o Congresso, com essa decisão da Câmara dos Deputados, vai dar R\$1 bilhão de isenção, com benefício fiscal, com o seu dinheiro, para as emissoras de rádio e TV por semestre. Isso é uma loucura! São 19,04 mil comerciais de políticos só no primeiro semestre do ano que vem. Será uma inundação na TV, que é uma concessão pública. Isso é um dos pontos absurdos.

Presidente, o senhor tem dois caminhos: vetar tudo e deixar para o Congresso dar a palavra final. Aqui nós demos a nossa contribuição rejeitando tudo. A Câmara, no dia seguinte, começou o projeto lá, ela desfez e ficou a palavra dela. O Presidente tem a chance de vetar tudo, mas deixa para o Congresso de novo. O Senado tenho certeza de que vai fazer a parte dele. Espero isso, lutarei por isso no limite das minhas forças, mas eu não sei qual vai ser o humor da Câmara dos Deputados. O Presidente tem outro caminho, que é não deliberar. É outro caminho. Aí acaba, não valem essas regras absurdas para o ano de 2020.

Já seria uma grande conquista para o povo brasileiro, que quer a transparência, que quer, cada vez mais, que as regras sejam justas, sejam claras e que não haja esse tipo de aberração, como vários pontos daquela lei, que permite, inclusive, construir prédios, fazer reformas, comprar imóveis de partido político com o seu dinheiro. Essa é verdade. Essa é a verdade.

Sr. Presidente, eu vou ficar dentro do tempo, até antes.

Eu vou ler aqui uma mensagem. Eu gosto sempre de... Eu tenho muita fé, eu tenho muita fé. Eu sei que o senhor também é um homem de fé, é um homem de Deus, que sabe que nós até, na Terra, buscamos a justiça, mas a principal justiça – e esta não tem como mexer, não vai mexer – é a justiça do Pai. E é por isso que eu sou uma pessoa muito feliz, muito tranquila, por mais que eu veja grandes injustiças, grandes injustiçados. Eu tenho muita fé, porque isso aqui é uma passagem, a vida da gente. Quanto a gente vive: 80, 90, 100 anos? Às vezes, uma criança na tenra idade passa para o mundo espiritual muito cedo, morre. O que é a vida? Qual é o sentido da vida? O sentido da vida é a gente amar as pessoas que estão à nossa volta, não apenas a nossa família, da qual Deus nos colocou lá pertinho por uma razão, mas os amigos que a gente faz na vida, poder ajudar as pessoas. Isso aqui é uma possibilidade fantástica que a gente tem. O senhor se emocionou ali, que eu notei. O senhor, falando de Ji-Paraná, transmite a emoção do quanto você quer ajudar o seu povo. Perdoar: é importante o perdão, ele liberta. Para que a gente ter raiva, ódio das pessoas, guardar mágoas? Isso faz mal para a gente. Isso faz mal para nós mesmos. Isso vai desenvolver uma doença. Perdoar, compreender a humanidade das pessoas, isso liberta, isso dá uma serenidade.

Eu queria, neste minuto final que nós teremos aqui – é um minuto só para eu ficar dentro do tempo, rigorosamente... Vai tocar o sinal agora.

(Soa a campainha.)



O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Tocou o sinal. Eu tenho um minuto para encerrar.

É uma mensagem do espírito de André Luiz, psicografada por Chico Xavier, que eu queria deixar para vocês neste final de semana, que diz o seguinte: "A sua vida será sempre o que você esteja mentalizando constantemente. Em razão disso, qualquer mudança real em seus caminhos virá unicamente da mudança de seus pensamentos".

Pense coisas boas, ajude as pessoas, abrace seu filho, sua filha. Às vezes, eles estão passando por uma situação que a gente não imagina, naquele celular, naquele joguinho eletrônico, na televisão, e têm uma angústia dentro. Abrace, abrace para evitar algo maior, algo perigoso. Hoje em dia, os índices de suicídio estão aumentando assustadoramente. Há uma pandemia mundial no Brasil, é um caso de saúde pública. Abrace, ame sua avó, seu irmão, seus amigos, ouça as pessoas, ouça. Às vezes, só de você ouvir você está fazendo uma grande caridade. Existe uma carência hoje de a gente ter contato com as pessoas. Isso é fraternidade, isso é humanidade, isso é solidariedade.

Que Deus abençoe todos vocês, um bom final de semana, com muita luz, muita paz em suas famílias.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Meus cumprimentos, Senador Girão pelo seu pronunciamento.

De fato, o combate à corrupção é o único caminho para a melhoria do nosso País. É o dinheiro da corrupção que tira o dinheiro da saúde, que não tem para a educação, que falta para a infraestrutura, que não deixa a gente fazer as obras de saneamento básico no nosso País. Então, o combate à corrupção, a gente já tem colocado há muitos anos, é a solução para o nosso País.

Então, meus cumprimentos pelo seu pronunciamento.

Aproveito para cumprimentar todos os contadores do nosso País, em nome do nosso contador Liomar, eu saúdo todos os contadores, porque no dia 22 de setembro comemorarão 74 anos do Dia do Contador. No dia 22 de setembro de 1945, através do Decreto-Lei nº 7.988, foi criado o curso de Ciências Contábeis. Meus cumprimentos a todos os nossos contadores brasileiros.

Passo a palavra agora ao Senador Jean Paul, do Rio Grande do Norte, do Partido dos Trabalhadores.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discursar.) – Meu querido amigo, Presidente nesta sessão, Acir Gurgacz, eu vim correndo aqui ao Plenário, coloquei aqui uma gravata improvisada, porque hoje é um dia um pouco mais descontraído, estávamos trabalhando internamente, recebendo alguns Prefeitos, mas vim cumprimentar especialmente meu colega Girão, do Ceará, nosso vizinho e amigo. Já há muitos amigos feitos neste pouco tempo de Senado, e um deles, Girão, é você, a quem eu considero muito.

Vim, na verdade, para agradecer pelo prêmio ontem recebido – ambos recebemos o Prêmio do Congresso em Foco – como o sétimo Senador mais votado na performance desses poucos meses de mandato. E quero agradecer, em primeiro lugar, aos organizadores da premiação do Congresso em Foco, que é uma entidade, Senador Girão, acima de qualquer suspeita em relação a viés político, a premiação lobística.



Nós vamos ter muitos prêmios daqui para o final do ano, o que é comum. Também fazem parte da democracia prêmios que são por performances ou por atuações específicas de grupos de interesses e áreas políticas, vieses... O Congresso em Foco, com toda essa trajetória que já tem... Eu, embora não fosse Senador nem político, sequer Vereador antes, sempre acompanhei a política. Minha família sempre foi de políticos lá do Rio Grande do Sul; depois, no Rio de Janeiro. Minha vida política foi iniciada lá no PDT, com Brizola, com Darcy Ribeiro. Sempre acompanhei, e o Congresso em Foco esteve sempre na vida aqui da Casa, trazendo de fato premiações, análises, noticiando a nossa vida legislativa com imparcialidade, com neutralidade. E, por isso, tem a respeitabilidade que tem.

Quero agradecer, portanto, aos jornalistas Sylvio Costa e Edson Sardinha, em primeiro lugar, por realizarem, por empreenderem, por continuarem, por persistirem, em meio a tantas dificuldades que a gente sabe que o meio jornalístico, que a mídia tem hoje para sobreviver, sem se vender. Então, com certeza, o primeiro cumprimento vai a essas pessoas e suas equipes pelo trabalho que fazem.

Faço um agradecimento também aos jornalistas especializados do júri, aos representantes de várias áreas, às pessoas que participaram também das votações, trabalharam efetivamente pela internet, e às pessoas que analisaram a nossa *performance*, Girão, pessoas também isentas. Você viu que lá, ontem à noite, tivemos pessoas de todos os matizes políticos, discursos de todas as espécies, inclusive alguns provocando reações da plateia. Isso faz parte, é a democracia mesmo, o pior sistema, à exceção de todos os outros, quer dizer, não há coisa melhor do que a democracia, embora ela tenha tantas imperfeições. Faz parte. Os sistemas complexos são todos imperfeitos. Nenhum sistema complexo... Nem o nosso corpo humano, feito pelo Criador, é perfeito, porque ele falha também – mais cedo ou mais tarde, apresenta suas falhas.

Outra pessoa importantíssima a agradecer, a quem eu dediquei o prêmio, entre outras, é a minha antecessora, amiga e Governadora hoje do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, colega de vários Senadores e Senadoras desta Casa, colega também de vários Deputados Federais que ontem também estiveram lá, e também de vários matizes. Todos foram unânimes em parabenizá-la pela gestão que já faz ali no Governo do Estado do Rio Grande do Norte e pelos mandatos que ocupou aqui nesta Casa. Agora, tenho essa responsabilidade enorme de substituir a nossa parceira e amiga de chapa, Fátima Bezerra.

Agradeço ao povo do Rio Grande do Norte, evidentemente, que nos colocou aqui – Fátima, eu e o meu segundo suplente, Theodorico. Essa é uma chapa como a sua, Girão, e como a de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, composta por três elementos. Pouca gente se dá conta disso, mas nós Senadores, quando eleitos, temos primeiro suplente e segundo suplente. Essa chapa tem que ser analisada *in totum* nas eleições. E, na nossa eleição, foi a primeira vez que isso foi feito de fato. Pela primeira vez, a lei eleitoral obrigou que todos os suplentes aparecessem nas propagandas e na cédula na hora da votação na urna, na hora do voto. Então, quem votou em três pessoas e não apenas em uma. Portanto, também ao povo do Rio Grande do Norte eu devo esse agradecimento, especialmente às pessoas que votaram.

Eu preciso dizer que tive muito mais votos do que tenho seguidores na rede. Como uma pessoa que não foi candidata direta, meu número de seguidores é menor do que o usual para um Senador ou uma Senadora já com uma carreira política mais avançada, mas, mesmo assim, surpreendentemente, no critério também de votações, nós tivemos um número bastante



expressivo, chegando ao sétimo lugar nesta Casa, o que muito me surpreendeu positivamente e muito me honra.

E, por fim, agradeço aos meus colegas de equipe. O mandato não é feito só por quem está aqui na frente discursando. Quem está aqui na frente é a ponta do *iceberg*, é a ponta visível. Todos vocês que estão nos acompanhando de casa, pela internet, pela Rádio Senado, por todo o sistema, pela mídia em geral, nos veem. Nós somos os ícones finais aqui, o entregador do produto final, que é o resultado do nosso mandato. Mas por trás de nós há equipes de 15, 20, 30 pessoas nas sedes, nas nossas bases, no meu caso, em Mossoró, em Natal, aqui em Brasília, e essa equipe está de parabéns, porque é ela que faz a gente se mexer. Às vezes, nos empurram para os horários, para as coisas, nos assessoram, nos municiam, preparam todos esses papéis, discursos, subsídios, números de que nós precisamos para estar aqui, e, às vezes, em cinco minutos, num aparte, numa contestação, numa votação complexa, às vezes lotadas de pessoas aqui, com muita pressão, com a internet pulando ali, com várias *hashtags* a favor ou contra. Em meio àquilo tudo você tem, de fato, que decidir seu voto, e essas equipes são, de fato, nossos exércitos de confiança absoluta, pessoas que, às vezes, você vem a conhecer aqui, Girão. Muitas dessas pessoas você, que é novato como eu aqui na Casa, conheceu aqui e hoje nutre confiança por elas e elas por você. Então, é muito importante a gente ter presente que esse prêmio também é da minha equipe.

Agradeço ao meu partido, o Partido dos Trabalhadores. Volta e meia eu ouço uma brincadeira ou outra aqui de um colega ou até de gente de fora dizendo: "Ah, o Jean Paul é um PT *light*". Mas eu não sou um PT *light*. Na verdade, o que acontece é que o próprio PT, o próprio Partido dos Trabalhadores vai se metamorfoseando. Todos os partidos são assim, mas o Partido dos Trabalhadores tem uma característica fundamental, que foi onde, de fato, eu encontrei um esteio importante: é um partido de bases, um partido que não muda de cima para baixo, mas de baixo para cima. Muito se cobrou do Partido dos Trabalhadores, por exemplo, um mea-culpa na época da eleição. Muita gente disse: "Ah, o Partido não fez um mea-culpa público na época da campanha". Ora, na época da campanha, da renovação dos mandatos nem é hora de se fazer mea-culpa. Tudo o que o adversário quer é você ficar salientando suas falhas. Mas houve diversos mea-culpa pessoais e públicos do próprio partido em relação a várias políticas, inclusive políticas de alianças, com aliados que, ao chegar ao poder, decepcionaram tremendamente, não só do ponto de vista operacional como do ponto de vista ético. E dentro do partido também ocorreram desvios éticos.

Agora, a exacerbação política de todos os escândalos, a culpabilização apenas e tão-somente de uma sigla e de um partido me fez filiar ao PT. Eu não era do PT até 2013, Senador Girão. Eu fui para o PT em 2013, depois de ele ter passado pelo auge do Governo, depois de ter ocupado todas as searas de poder, inclusive em Estados, em Municípios, no Governo Federal, nas estatais, com seus aliados. Mas, quando eu vi que nós iríamos perder ou estávamos na iminência de perder, ao longo de sete ou dez anos de vilipêndio da imagem do partido, a imagem de seus filiados, quando percebi que aquilo poderia ocorrer, eu resolvi me filiar. Saí do conforto da minha vida privada, do meu trabalho, das minhas consultorias, do meu trabalho livre, inclusive de tempo. Depois de um certo tempo, acostumei-me a fazer minha própria agenda, meu próprio tempo; não existe ninguém para me dizer em que horário eu tenho que estar em qual lugar. Saí desse relativo conforto e vim militar no Partido dos Trabalhadores com muito orgulho, porque senti que a base precisava de algumas referências – e nós tínhamos grandes referências.



Eu tenho aqui... Eu agradeço também e compartilho esse prêmio com Senadores como Jaques Wagner; como Paulo Rocha, que me recebeu aqui desde o primeiro dia e tem sido uma luz para mim, uma referência importantíssima; como Rogério Carvalho; como Paulo Paim. Então, eu tenho tido aqui grandes professores no Partido dos Trabalhadores, como Humberto Costa, nosso Líder. Na Câmara dos Deputados, também vim me encontrar com pessoas que para mim eram ícones distantes, mesmo na minha vida de cidadão comum, e passei a aprender com eles, conviver com eles e hoje estar ao lado deles num prêmio como esse.

Então, isso me coloca também numa posição de gratidão em relação a essas pessoas, ao próprio Partido dos Trabalhadores, com quem eu tenho aprendido muito e com quem eu tenho o compromisso aqui de defesa da democracia, da soberania nacional, das nossas empresas públicas e estatais. E aí, para fechar com uma nota, eu acredito que nós temos muitas coisas em comum entre direita, centro e esquerda para debater nesta Casa.

Eu acho que, turbinado por esse prêmio que me colocam, eu começo a me sentir à vontade em meio a vocês, Senadores e Senadoras ícones, como eu digo, de várias pessoas políticas do Brasil e de vários cidadãos, referências nos seus Estados. Sentindo-me melhor nesta Casa, cada vez mais, eu passo a poder, de fato, representar o que eu gostaria de ser: um elo, uma força de conciliação entre causas que não podem ser perdidas, como, por exemplo, a defesa do Estado brasileiro, o Estado eficiente, o bom Estado brasileiro, o Estado do bem-estar, o Estado a que nossa herança ibérica remete, que alguns dizem ser maldita, mas que eu me recuso a crer que seja.

Nós não somos americanos. O Girão conhece bem a vida anglo-saxônica dos Estados Unidos, da Europa nórdica. Eu também vivi nos Estados Unidos, morei lá e estudei. É muito bonito para eles. Eles construíram um belo país para eles internamente. A política externa deles, por outro lado, volta e meia é um desastre. Alguns aspectos da área social, nos Estados Unidos, são desastrosos. A própria política de armamento, que a gente contesta junto, que leva àqueles massacres e crimes absurdos que acontecem volta e meia, é uma falha do sistema deles. Há várias falhas, mas eles têm mais méritos para eles do que falhas. Portanto, consideram-se e devem se considerar mesmo uma grande economia e um grande país para se viver, mas nós também somos.

Mas não é por ser iguais ou por copiar o modelo americano de viver, ou o modelo alemão, ou o modelo chinês... Nós temos que buscar o nosso próprio modelo. E nós temos muitas coisas em que o nosso modelo já é bem-sucedido e não percebemos, insistimos em ter o complexo de viralata, de jogar fora e achar o que o resto faz mais bonito do que nós fazemos.

Um exemplo disso é o segundo prêmio que eu tive a honra de receber ontem, que é o de valorização dos bancos públicos. Ontem eu disse, num depoimento, que os bancos públicos brasileiros... Aliás, se há um país no mundo que depende de bancos públicos, é o Brasil, e talvez, arrisco-me a dizer, não haja nenhuma economia importante como a do Brasil mais dependente de bancos públicos do que a brasileira. Isso vale para o setor privado também. Se você for pensar bem e olhar os países que você conhece, fazendo o seu resgate, quem está em casa nos assistindo, verá que, em nenhum país, existe um BNDES; em nenhum outro país, existe um BNB, um Banco do Nordeste; em nenhum país, nós temos dois bancos como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. Só para ficar nesses quatro.

Então, nós temos um modelo que não pode ser destruído simplesmente porque "enjoei disso aí, não quero mais; agora é Estado mínimo e acabou".



Os empresários brasileiros mais bem-sucedidos dependeram alguma vez na vida de banco público ou de contratos públicos. Vamos fazer o nosso próprio *recall* disso aí. Todos, todos os que estiverem nos ouvindo. Eu até desafio algum que diga: "Não, eu não fui, não dependi nem de um crédito, nem de uma compra pública, nem de um Governo que comprou de mim em algum momento". Não existe, porque o nosso modelo foi esse. É o modelo ibérico, português, espanhol, enfim. E nós temos de viver com ele. Você não consegue jogar fora o seu alicerce de casa, a não ser que você destrua sua casa toda.

É isso que queremos com o Brasil? Não. Nós queremos construir coisas em cima de um alicerce que outras gerações moldaram. Nós temos líderes que nós admiramos até hoje, na história brasileira, que moldaram, colocaram esses tijolinhos lá. Não vamos jogar isso tudo fora.

Mas o nosso Brasil é feito de Estado presente na economia, sim. Errado quando entra, interfere para atrapalhar, quando cria burocracia. O.k., mas o Estado brasileiro faz parte.

Quanto à Petrobras, por exemplo, eu tenho a honra de presidir, aqui no Senado, a Comissão de Defesa da Petrobras, e estamos agora saindo a campo, no Nordeste, para evitar que a Petrobras saia do Nordeste. Coisa que jamais se imaginou, Senador Girão: a Petrobras sair do Ceará, sair do Rio Grande do Norte, sair da Bahia. Isso não está dito, mas está posto nas entrelinhas, nas atitudes que a Petrobras vem tomando, desmobilizando sedes, desmobilizando gente terceirizada, dispensando essas pessoas, jogando gente no mercado, desempregando pessoas num momento em que ela, como estatal, poderia perfeitamente segurar. Isso não vai fazer a menor diferença.

A visão equivocada de transformar a empresa estatal Petrobras numa empresa de mercado, como se fosse uma Shell brasileira, é completamente equivocada.

Neste momento em que estamos vivendo agora, com este Governo que diz que faz isso, neste mesmo momento, a Petrobras está segurando os preços no mercado interno, porque houve uma alta expressiva em função daqueles eventos da Arábia Saudita, de uma das maiores refinarias do mundo ter sido atacada, estar em chamas e de um dos principais campos de petróleo também. O petróleo chegou a US\$80, US\$85, e quem está segurando o preço na bomba é a Petrobras, exatamente como Dilma Rousseff fazia.

O erro nosso no PT – aí, de novo, para dizer que a gente não faz mea-culpa; e, por isso, talvez eu seja chamado de PT *light* – foi que Dilma segurou por um determinado período, por mais tempo do que o necessário. Foi um erro de Governo, como vários Governos erram, quando a gente às vezes erra quando dirige, comete uma barbearagem, fecha o outro, enfim, um erro de Governo, consciente, até por questões eleitorais etc. e que a gente reconhece.

Mas o modelo de usar a estatal para segurar momentos de fragilidade mundial e dependência e vulnerabilidade da oscilação dos preços internacionais precisa continuar existindo no Brasil. Afinal de contas, para que fomos atrás da autossuficiência de petróleo? Para que ser autossuficiente em petróleo se você vai estar 100% sujeito às oscilações de tudo o que acontece no mundo sobre o que você não tem controle? Um furacão no Caribe, uma refinaria explodindo na Arábia Saudita, um oleoduto na Nigéria que tira de produção mundial um pedaço da produção. Se você tem o seu próprio petróleo, batalhou 50 anos para ter essa condição, com todos, desde militares até governos democráticos, dizendo no seu ouvido, no do seu pai, no do seu avô, que estamos batalhando pela autossuficiência, para nos livrarmos da oscilação internacional e da dependência da importação de petróleo... E, aí, hoje estamos praticando, querendo praticar –



porque nem isso conseguem, e agora está claro que não se consegue fazer isso, porque senão os caminhoneiros vão fazer greve de novo... Mas o que está se falando é que o Governo não quer "interferência na Petrobras, os preços são de mercado, oscilam em tempo real e em dólar, na bomba, para todos, inclusive para o agro,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES – ... inclusive para o transporte, inclusive para o transporte coletivo de passageiros nas cidades, para todo mundo; e dane-se: ser autossuficiente ou não, não importa; o que importa é não interferir na Petrobras, porque ela é uma empresa como se fosse privada".

Errado. Queremos uma Petrobras semiestatal, sim, como ela é, uma empresa mista, que capta dinheiro no mercado privado, mas é governada pelo Governo brasileiro principalmente. Quem quer ser sócio de uma empresa dessas? Eu quero. O investidor conservador quer ser sócio do Estado brasileiro, sim, mesmo em Governos que ele considere ruins. Senão ninguém teria sido acionista da Petrobras em 2010, 2012, 2003, 1999, 1998. Fernando Henrique, Lula, Dilma, todos esses usaram, sim, a Petrobras como instrumento de política setorial, além da ANP como agente regulador do setor.

Então, para encerrar, a soberania nacional está de fato em risco. Estamos também falando de privatizar a Eletrobras. A Eletrobras simplesmente é a *holding* das *holdings* do setor elétrico. Para quem não lembra, ela é a dona da Chesf, ela é a dona da Eletronorte, ela é a dona da Eletrosul, ela é a dona de Furnas. Ela é a grande *holding* brasileira do sistema elétrico, e através dela se controlam todas as grandes hidrelétricas brasileiras, construídas na época dos militares e depois como ativos estratégicos do Brasil, ativos que inclusive podem ser usados por inimigos em tempos de guerra. Você pode inundar uma região inteira soltando uma barragem dessas.

Então, para nem falar de geração de energia, só pelo fato de ela controlar as principais hidrelétricas brasileiras e, portanto, as maiores bacias hidrográficas brasileiras, através dessas hidrelétricas, ela é "imprivatizável". É inconcebível privatizar-se a Eletrobras. Privatizar ativos do setor elétrico é outra coisa; privatizar a *holding* na raiz do sistema, sem *golden share*, com *golden share*, não importa, privatizá-la no mercado financeiro, como se fosse uma empresa qualquer, é um crime de lesa-pátria de verdade. Aqui não está falando uma pessoa radical, absolutamente. Mas é lesa-pátria, sim, e as pessoas que fizerem isso deverão ser processadas imediatamente por qualquer Governo responsável que suceda a esse que está propondo isso.

Então que tomem cuidado, quem compra e quem vende, porque nesses processos, nós vamos estar vigilantes. Eu estou só começando agora, aqui. Eu espero que eu tenha uma longevidade para ver o momento em que, se houver esse tipo de venda irresponsável, nós possamos desfazê-lo e reverter o que foi feito, independentemente de ter o rótulo de estatizante, de retomada de patrimônio, do que for. Chame-se como se chame, quem tem o direito de privatizar tem o direito de reestatizar depois.

Muito obrigado mais uma vez pelo prêmio. Vou continuar com essas minhas bandeiras aqui, com toda a tranquilidade, mas firme e forte.

Muito obrigado. Obrigado a todos.

(*Durante o discurso do Sr. Jean Paul Prates, o Sr. Acir Gurgacz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. PODEMOS - CE) – Agradeço ao Senador Jean Paul Prates, do PT, do Rio Grande do Norte, pelo seu pronunciamento.

Nós vamos, neste momento, encerrar esta sessão plenária, a última da semana, desejando um final de semana de muita luz, de muita paz e muita harmonia a todos que nos acompanharam durante os trabalhos desta sessão.

A sessão está encerrada.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 12 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 173ª SESSÃO

EXPEDIENTE

**Discurso e documento encaminhados à
publicação**



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, ontem à noite, ocorreu aqui em Brasília, a entrega do Prêmio Congresso em Foco 2019.

Em sua 12^a edição, o prêmio tem como finalidade distinguir os melhores Parlamentares do Congresso Nacional e estimular a sociedade a acompanhar seus representantes de modo ativo, assim como a participar plenamente da vida política.

A iniciativa reconhece o trabalho dos Deputados Federais e Senadores que se destacam positivamente no exercício do mandato, valoriza os bons exemplos e, ao mesmo tempo, sinalizar ao eleitorado que melhorar a qualidade da nossa representação política é possível.

Eu tive a honra de ser premiado em 3 categorias: 1º lugar na votação dos jornalistas; 2º lugar na votação do júri; e 3º lugar na votação popular/internet.

Agradeço ao Congresso em Foco nos nomes da coordenação do site: Silvio Costa e Edson Sardinha. Meu abraço a toda a equipe.

Parabéns a todos os premiados: Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Parabéns aos jornalistas. Muitas vezes, eles não podem falar o que pensam, pois são patrulhados. Infelizmente, assim se encontra o Brasil.

Sou um homem de causas. Elas estão acima de qualquer coisa: de partidos, de ideologias, de grupos políticos. A minha causa é a do povo brasileiro, é a do Brasil.

O importante é ter a consciência de sempre fazer o melhor, buscar o caminho certo, alcançar o sonho e as mentes das pessoas.

Sigo em frente, com a consciência tranquila de que é preciso, cada vez mais, esperar, buscar a felicidade e dias melhores para todos.

Com a democracia tudo, sem a democracia nada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje, 20 de setembro é a data máxima do Rio Grande do Sul. Feriado estadual. É o Dia do Gaúcho.

A origem é o distante ano de 1835, início da Revolução Farroupilha, a mais longa guerra acontecida em solo brasileiro - 10 anos.

Os ideais dos farrapos continuam vivos na memória do povo gaúcho: Liberdade, Igualdade, Humanidade.

O poder central, o império governava com mão de ferro. Os impostos eram muito altos. Não havia retorno. A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul se sentia lesada.

Os clarins tocaram. Ouvia-se o som dos cascos dos cavalos ao longe. A guerra teve início. Primeiramente, por questões econômicas. Depois, por causas políticas, sociais e libertárias.

A República de Piratini foi proclamada em 1836, um ano após o início da revolução, por Antônio de Sousa Neto. O Rio Grande do Sul era um país independente.

Passados uma década de pelejas, entreveros, combates dos mais sangrentos, irmãos lutando contra irmãos, famílias dizimadas, tingindo de rubro os verdes campos sulistas, enfim, houve a pacificação. Novos caminhos foram abertos para a unificação da pátria brasileira. Mas a liberdade não foi dada aos negros como foi prometida...

"Apesar de racional, vivia o negro na encerra, adagas furavam palas, ensanguentando esta terra. Da solidão das senzalas tiraram o negro pra guerra. Peleia negro, peleia pela tua independência, semeia negro, semeia teus direitos na querência".



Passados 184 anos, os nomes de ontem bordam paredes de museus, livros, páginas da internet. São nomes de ruas, avenidas e praças. A história é cantada em prosa e verso.

O Rio Grande do Sul inteiro reverencia o legado de Liberdade, Igualdade, Humanidade.

As cidades têm seus desfiles cívicos tradicionalistas. É o povo gaúcho pilchado a preceito. Bota, bombacha, guaiaca, sombrero, lenço vermelho no pescoço, a mulher gaúcha com vestido de prenda e uma flor no cabelo. A mulher gaúcha guerreira na estampa de Anita Garibaldi...

"Anita morena, da pele macia, amante de noite, soldado de dia, um filho num braço, no outro um fuzil".

Há shows artísticos, fandangos, danças de chula, cantorias, desafios de trovadores, violeiros e suas milongas, gaiteiros e seus vanerões e bugios.

A cultura e a tradição gaúcha não são manifestadas somente no 20 de setembro. É o ano todo. Quem conhece esse Estado, sabe.

Centros de Tradições Gaúchas, os CTGs, existem em toda a federação. De norte a sul, de leste a oeste. Inclusive, em muitos países também... Estados Unidos, no próprio continente europeu.

Aqui em Brasília temos o CTG Jaime Caetano Braun e o CTG Estância Gaúcha. Realizam seus bailes, penhas campeira com comida típica, apresentações de cantores e cantoras, poetas. Há grupo de gremistas e colorados, de torcedores do Caxias e do Juventude, do Xavante de Pelotas e do Pelotas.

Todos os anos, a Loja Maçônica Bento Gonçalves nº 4060, filiada ao Grande Oriente do Distrito Federal, nome em homenagem ao líder máximo da revolução farroupilha, realiza a sua Sessão Magna Pública comemorativa a Epopéia Farroupilha. Este ano será no dia 27 de setembro, daqui uma semana. Será a décima sessão. Eu estou convidado.

Mesmo sendo uma loja fundada por gaúchos, ela possui membros que são mineiros, paulistas, cariocas, baianos, alagoanos, goianos, pernambucanos, amazonenses.

Sr. Presidente, a tradição gaúcha une o nosso espírito de brasilidade. Ficamos mais orgulhosos por termos nascido no Rio Grande do Sul e por sermos brasileiros.

Temos que conhecer a nossa história, cuidar bem e acariciá-la, cultivar as nossas tradições, o nosso folclore, valorizar a nossa gente, o nosso país, acreditar que é possível fazer deste chão verde amarelo uma grande nação.

Viva o 20 de setembro! Viva O Rio Grande do Sul!!! Viva o Brasil!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, 21 de setembro, amanhã, celebramos o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, fruto de um projeto de lei de nossa autoria.

Nascida de um desejo antigo do Movimento de Pessoas com Deficiência, a data tem forte significação, afinal, no dia 21 de setembro tem início a primavera, o renascimento das flores e o fortalecimento da esperança.

Sr. Presidente, estamos buscando manter direitos conquistados. Em um grande esforço de articulação dos integrantes da Rede Brasileira de Inclusão (RBIN) junto ao Congresso, os Parlamentares foram sensibilizados e retiraram da PEC 06/2019 o dispositivo que fixava na Constituição o critério de renda para a concessão do BPC.



Outra mudança foi quanto à pensão por morte, cujo valor não poderá ser inferior a um salário mínimo.

Outros pontos, que não foram atendidos, poderão ser contemplados na PEC Paralela (PEC 133/2019), tais como a possibilidade de que a cota por dependente no caso da pensão por morte seja de 20% quando o dependente for menor de idade.

Também a possibilidade do acúmulo de pensões quando houver pessoa com deficiência intelectual, mental ou deficiência grave.

Olhando por uma perspectiva otimista, esse momento difícil deve servir para nos unir ainda mais em torno de um ideal maior.

Se por um lado estamos vendo nossos direitos sendo atacados, por outro, assistimos novos projetos de leis tramitando para ampliar direitos, como a PEC 19 de 2014, que insere em nossa Carta Magna o direito à acessibilidade e mobilidade entre os direitos individuais e coletivos, previstos no artigo 5º. Há também o PLS 50 de 2017, que regulamenta as profissões de transcritor e revisor de textos em braile.

E por que não falar do PLS 757 de 2015, que determina a igualdade civil e o apoio às pessoas sem pleno discernimento ou que não podem exprimir sua vontade. Este último já foi aprovado aqui no Senado Federal e encontra-se na Câmara dos Deputados.

Senhoras e senhores Senadores, toda vez que precisamos denominar um grupo de pessoas, diminuimos suas qualidades.

Definir alguém como pessoa com deficiência é restringi-la a seu aspecto corporal e não considerá-la em sua complexidade.

Uma pessoa é muito mais do que seu corpo, é muito mais rica do que os nomes que lhes são dados: cadeirantes, deficientes físicos, surdos, cegos, etc. Muitas vezes, por outro lado, nós os colocamos como exemplo de vida e superação.

Precisamos refletir, entretanto, se essas palavras não são palavras vazias, ditas ao acaso.

Atitudes inclusivas precisam ir muito além das palavras. Precisam vir recheadas de pensamentos e ações transformadoras.

É necessário romper com a visão que divide as pessoas em dois grupos: Pessoas produtivas e não produtivas.

No imaginário comum as pessoas com deficiência pertencem ao 2º grupo. E para muitos de nós isso não é uma constatação, mas sim é um pressuposto.

Em vez de dar a oportunidade para que uma pessoa com deficiência mostre sua capacidade para o trabalho, nós dizemos de antemão que ela é incapaz.

Corpos não definem as pessoas e os conceitos reduzem e classificam.

Sob esse prisma, quero trazer um termo muito usado ultimamente: o capacitismo.

O termo significa a tendência de tornar inferior todo aquele que é diferente e que foge aos padrões.

Por essa ótica uma pessoa ideal seria aquela que não tivesse deficiência alguma, estando assim de acordo com os ideais de normalidade, funcionalidade e produtividade.

Dessa forma uma pessoa com deficiência teria seu valor diminuído na sociedade. E uma vida com deficiência valeria menos a pena do que uma vida comum.

Capacitismo é comumente permeado por um sentimento de pena e disfarça-se em uma atitude de proteção. O termo é novo, mas o preconceito e a discriminação que ele carrega são antigos e mostra-se nas mais variadas barreiras: na falta de acesso das nossas cidades, nos ônibus



onde não entram cadeiras de rodas, nos órgãos públicos que não possuem intérpretes de libras para o atendimento aos surdos, na falta de livros em formatos acessíveis, nas empresas que não empregam pessoas com deficiência.

E aqui abro um parêntese, não basta que as empresas contratem uma pessoa com deficiência simplesmente para cumprir a lei de cotas.

Incluir é mais do que isso, é fazer com que o empregado se sinta parte da empresa, que todas as condições lhe sejam oferecidas, de forma a que uma pessoa com deficiência possa desempenhar suas atividades.

De acordo com um estudo realizado pela Santo Caos, empresa de consultoria de engajamento pela diversidade, em parceria com a CATO, menos de 10% das pessoas com deficiência empregadas ocupam postos de comando.

O estudo mostra ainda que as pessoas com deficiência se sentem isoladas dentro das empresas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência não contém o termo capacitismo, mas define e criminaliza sua prática.

Em seu artigo 4º, por exemplo, ele define discriminação como sendo toda forma de diferenciação que reduz e exclui.

É toda ação ou omissão que dificulta o exercício dos direitos da pessoa com deficiência.

Aliás, deixo claro que não somente a ação, mas também a omissão é considerada discriminação. Dessa forma, o descaso do Estado em promover a acessibilidade é discriminação para com a pessoa com deficiência.

O artigo 88 pune a prática da discriminação com reclusão de 1 a 3 anos e multa.

Sr. Presidente, estamos em pleno Setembro Verde, criado para dar visibilidade à busca pela inclusão da pessoa com deficiência.

É sob esse foco de esperança, de renascimento, que devemos encher nossa alma de otimismo.

É sob a energia da primavera que devemos conduzir nossas reflexões.

Assim, afastando-nos do entendimento de deficiência como uma tragédia pessoal, pouco a pouco chegaremos à compreensão humana da deficiência.

Nós, como sociedade, precisamos ampliar nossa compreensão e perceber a deficiência como uma construção histórica de falta de acesso e de meios de participação e inclusão social.

Nesse sentido, não é a pessoa com deficiência e sua família as únicas responsáveis por uma vida digna, pois o Estado e a sociedade devem assumir seus papéis nesse processo de inclusão.

A deficiência real está na atitude que exclui, no coração que não enxerga seu irmão, no olhar que reduz e desumaniza.

Deficiência real é aquela que discrimina.

Mas se oculta por trás de uma admiração vazia e igualmente que separa.

Deficiência real é aquela que incapacita pelo preconceito.

E não abre as portas ao desconhecido e surpreendente jeito diferente de ser.

Era o que tinha a dizer.



Zero Hora

Cavalo lavado, cabelo cortado, bota engraxada: os preparativos para o 20 de Setembro no Acampamento

A concentração para o Desfile Farroupilha de Porto Alegre começa às 8h30min desta sexta, atrás do Estádio Beira-Rio



Gonçalo lavando o cavalo crioulo Guri para o Desfile Farroupilha. Jefferson Botega / Agência RBS

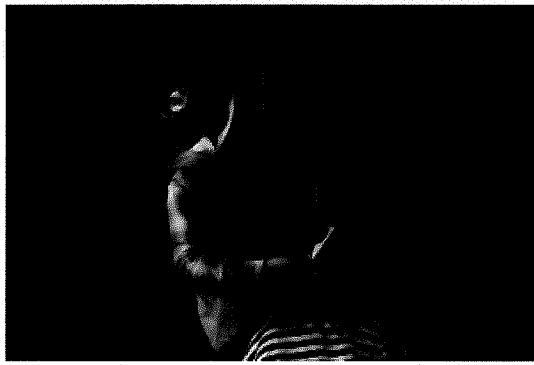


A tarde desta quinta-feira (19) foi de preparativos no **Acampamento Farroupilha**, no Parque Harmonia. Enquanto Gonçalo lavava os cavalos da família, e, alguns metros adiante, a estudante de agronomia Bárbara Centeno, 22 anos, fazia tranças no rabo do cavalo Baio, tinha gente dando um trato no próprio visual também. Munido com máquina, pentes, tesouras e um secador de cabelo, o cabeleireiro Carlos Vieira, 58 anos, fazia serviço a domicílio — ou melhor, a piquete. Um dos seus clientes, que fazia um "corte em degradê", era Iago Moreira da Cunha, 27 anos, assador em uma churrascaria do parque.

— Tem que ficar bonito para as prendas — justificou o jovem.

Os cuidados com a aparência para o 20 de Setembro no Acampamento vão, literalmente, da cabeça aos pés. Com ponto na Avenida Borges de Medeiros, no Centro Histórico, o engraxate Gilmar dos Santos Braz, 42 anos, fez seu expediente no Harmonia nesta quinta, onde encontrou uma boa clientela (lucrou mais de R\$ 60, o que considera bom).





Iago tratou de "ficar bonito para as prendas" Jefferson Botega / Agencia RBS

— Eles querem pro desfile amanhã (sexta-feira), né?!

Já no Piquete Espora de Prata, a preocupação maior não era com o visual. O patrão Eduardo Medeiros, 51 anos, tratou de garantir a carne para o churrasco: espera cerca de 130 pessoas famintas. Para isso, encomendou dois costelões, um porco e uma ovelha.

— A carne é o prato do gaúcho, não pode faltar.

A concentração para o Desfile Farroupilha de Porto Alegre ocorre às 8h30min, atrás do Estádio Beira-Rio. O desfile na Avenida Edvaldo Pereira Paiva começa às 9h30min.

Brigada Militar, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Susepe e IGP serão as primeiras entidades a passar pela Avenida Beira-Rio, em percurso que deve durar uma hora e 30 minutos. Às 11h, os tradicionalistas começam a passar pela via. Cerca de



70 piquetes e 1,5 mil cavalarianos devem cumprir o trajeto, também estimado em uma hora e 30 minutos.



Bárbara Centeno fez tranças no cavalo Baio Jefferson Botega

/ Agência RBS



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução, a Emenda da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238/2008, aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 335/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**


Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 2.538, de 2019, da Câmara dos Deputados (PLC nº 61/2017), que "Altera a Lei nº 10.778, de 24 de novembro de 2003, para dispor sobre a notificação compulsória dos casos de suspeita de violência contra a mulher".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 19.09.2019.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 19 / 9 / 2019
Hora: 16 : 23

Alice Lima Lana
Matrícula 341264 SISECOA





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 336/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**


Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovada a emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 1.619, de 2019, da Câmara dos Deputados, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 19.09.2019.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 19 / 9 / 2019
Hora: 16 : 23

Alice Lima Lana
Matrícula 341864 SI SF/SGM

24.579 (AGO/18)





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 337/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 2.438, de 2019, do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre a responsabilidade do agressor pelo ressarcimento dos custos relacionados aos serviços de saúde prestados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) às vítimas de violência doméstica e familiar e aos dispositivos de segurança por elas utilizados", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.871, de 17 de setembro de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 343/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

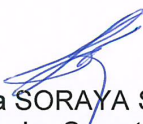
Assunto: **Comunica envio de PL à sanção**

Senhor Primeiro-Secretário,

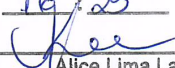
Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado o Substitutivo do Senado Federal, com supressão do art. 2º, ao Projeto de Lei nº 3.688, de 2000, da Câmara dos Deputados, que "Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica".

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi enviada à sanção em 19.09.2019.

Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 19 / 9 / 2019
Hora: 16 : 23

Alice Lima Lana
Matrícula: 241034-21-SE-PS-PS





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 344/2019/PS-GSE

Brasília, de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.220, de 2015, do Senado Federal (PLS nº 156, de 2015), que “Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União”, foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.872, de 17 de setembro de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 345/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 3.715, de 2019, do Senado Federal, que "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para determinar que, em área rural, para fins de posse de arma de fogo, considera-se residência ou domicílio toda a extensão do respectivo imóvel", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República e convertido na Lei nº 13.870, de 17 de setembro de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

Atenciosamente,


Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 346/2019/PS-GSE

Brasília, 19 de setembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador SÉRGIO PETECÃO
Primeiro-Secretário do Senado Federal


Assunto: **Encaminha autógrafo de Projeto de Lei sancionado**

Senhor Primeiro-Secretário,

Comunico a Vossa Excelência, para os devidos fins, que o Projeto de Lei nº 8.240, de 2017, do Senado Federal (PLS nº 377, de 2016), que "Altera a Lei nº 13.364, de 29 de novembro de 2016, para incluir o laço, bem como as respectivas expressões artísticas e esportivas, como manifestação cultural nacional, elevar essas atividades à condição de bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro e dispor sobre as modalidades esportivas equestres tradicionais e sobre a proteção ao bem-estar animal", foi sancionado pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, e convertido na Lei nº 13.873, de 17 de setembro de 2019.

Na oportunidade, remeto a essa Casa uma via dos autógrafos do referido projeto, bem como cópia da Mensagem e do texto da Lei em que se converteu a proposição ora encaminhada.

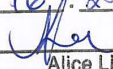
Atenciosamente,



Deputada SORAYA SANTOS
Primeira-Secretária

Recebido em 19 / 9 / 2019

Hora: 16:23



Alice Lima Lana
Matrícula 341884 SI SE/SCM



As matérias vão ao Arquivo



Requerimentos



COMUNICAÇÃO DE RECEBIMENTO DA MATÉRIA NO PLENÁRIO:

OFÍCIO “S” Nº 40, DE 2014 Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

OFÍCIO “S” Nº 43, DE 2014 Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Os Pareceres preliminares nºs 107 e 108, de 2019, da CCT, concluem pela apresentação dos Requerimentos nºs 803 e 804, de 2019, de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os Requerimentos vão à Mesa, para decisão.

São os seguintes Requerimentos:





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 803, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

DESPACHO: À CDIR.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 43, de 2014, relativo à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia:

I - cópia do processo relativo à renovação da outorga concedida à TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia, a partir do ano de 2001;

II - cópia do ato do Poder Executivo que teria renovado a outorga concedida à TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia, a partir do ano de 2001;

III - cópia da mensagem presidencial que teria submetido a renovação citada no item anterior ao Congresso Nacional;

IV - cópia de todos demais documentos, atos e processos relativos à outorga desde o ano de 2001 até a presente data;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19207.22120-72





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

PARECER Nº 107 , DE 2019 - CCT

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o *Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 43, de 2014 (OFC nº 239, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica a transferência indireta, para outros grupos de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Itabuna, Estado da Bahia.*

Relator: Senador **ANGELO CORONEL**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25, de 2014, que informa a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no município de Itabuna, Estado da Bahia.

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 43, de 2014 (OFC nº 239, de 2014, na



SF/19207.22120-72





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronei

origem), que encaminha a Mensagem nº 257, de 1º de setembro de 2014, acompanhada do Despacho de 29 de agosto de 2014 e da Exposição de Motivos nº 89/2014 MC, de 15 de julho de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta os novos quadros societário e diretivo da concessionária.

Em 24 de novembro de 2015, a CCT aprovou o Parecer nº 1.106, de 2015, que concluiu pelo encaminhamento do Requerimento de Informações nº 1.361, de 2015, ao então Ministro de Estado das Comunicações, de forma a complementar a instrução do processo.

As respostas ao mencionado requerimento, contidas na Nota Informativa nº 2.643/2016/SEI-MCTIC, de 21 de novembro de 2016, foram recebidas por meio do Ofício nº 46.202/2016/SEI-MCTIC, do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Entretanto, não foram recebidas todas as informações requeridas, especialmente os comprovantes de nacionalidade dos novos cotistas.

Em 10 de abril de 2018, a proposição foi novamente apreciada pela CCT, que aprovou o Requerimento nº 200, de 2018, com o objetivo de obter as informações faltantes. A resposta ao citado requerimento foi recebida por meio do Ofício nº 46.628/2018/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Informativa nº 3.593/2018/SEI-MCTIC.

II – ANÁLISE

Analisando-se o teor da Nota Informativa nº 3.593/2018/SEI-MCTIC, verifica-se que estão presentes os comprovantes de nacionalidade dos novos cotistas, atendendo ao requerido.

Contudo, o exame detido da documentação demonstra que, com base nas informações obtidas até o momento, não foi possível verificar a validade da outorga cuja transferência se comunicou. Dessa forma, torna-se necessário obter a certificação de que a referida concessão estava efetivamente vigente.

SF/19207.22120-72





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

É também necessário obter informações detalhadas e atualizadas sobre as empresas outorgadas e seus controladores. A atual base de dados disponível se encontra desatualizada, de modo que as informações nela constantes não permitem a avaliação segura das matérias apreciadas pelo Congresso Nacional.

Por todo o exposto, torna-se imprescindível a obtenção de mais informações do MCTIC.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do novo requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 43, de 2014, nos termos do art. 335 do RISF.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requero que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência de controle societário de que trata o Ofício “S” nº 43, de 2014, relativo à transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia:

I - cópia do processo relativo à renovação da outorga concedida à TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no



SF/19207.22120-72





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

Município de Itabuna, Estado da Bahia, a partir do ano de 2001;

II - cópia do ato do Poder Executivo que teria renovado a outorga concedida à TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Itabuna, Estado da Bahia, a partir do ano de 2001;

III - cópia da mensagem presidencial que teria submetido a renovação citada no item anterior ao Congresso Nacional;

IV - cópia de todos demais documentos, atos e processos relativos à outorga desde o ano de 2001 até a presente data;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19207.22120-72





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 18/09/2019 às 10h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	
DANIELLA RIBEIRO		3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	
WEVERTON		3. ACIR GURGACZ	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. FERNANDO COLLOR	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ROGÉRIO CARVALHO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. VAGO	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VAGO	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	1. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 43/2014)

NA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

18 de Setembro de 2019

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 804, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

DESPACHO: À CDIR

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, de que trata o Ofício “S” nº 40, de 2014:

- a) cópia do processo relativo à renovação da outorga concedida à TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, a partir do ano de 2003;
- b) cópia do ato do Poder Executivo que renovou a outorga concedida à TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, a partir do ano de 2003;
- c) cópia da mensagem presidencial que submeteu a renovação citada nos itens anteriores ao Congresso Nacional;
- d) cópia de todos demais documentos, atos e processos relativos à outorga desde o ano de 2003 até a presente data.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/1944982843-79





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

PARECER Nº 108 , DE 2019 - CCT

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, sobre o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão – CAC nº 22, de 2014, remetido ao Senado Federal por meio do Ofício “S” nº 40, de 2014 (OFC nº 236, de 2014, na Câmara dos Deputados), que comunica *a transferência do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.*

Relator: Senador **ANGELO CORONEL**

I – RELATÓRIO

Vem novamente ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22, de 2014, que comunica a transferência do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

A matéria foi remetida ao Senado Federal pela Câmara dos Deputados por meio do Ofício “S” nº 40, de 2014 (OFC nº 236, de 2014, na origem), que encaminha a Mensagem nº 257, de 2014, acompanhada do Despacho de 15 de julho de 2014 e da Exposição de Motivos nº 89, de 15 de julho de 2014, do Ministro de Estado das Comunicações, que apresenta o novo quadro societário da concessionária.

A proposição foi inicialmente apreciada pela CCT em 15 de setembro de 2015, quando foi aprovado o Requerimento nº 1.079, de 2015, solicitando ao Ministro de Estado das Comunicações as seguintes informações:

I - data de publicação do ato de outorga do serviço de radiodifusão cujo controle foi transferido;

II - data de publicação de ato, se existir, que tenha autorizado a última alteração no controle societário da entidade que detém a outorga do referido serviço de radiodifusão;

III - números de registro nos cadastros oficiais de pessoas físicas ou jurídicas de todos que passaram a ter alguma participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

IV - comprovação da nacionalidade de cada pessoa física que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão;

V - relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que, após a transferência, controla o referido serviço de radiodifusão.

A resposta ao mencionado requerimento foi recebida por meio do Ofício nº 39.908/2015/SEI-MC, que encaminhou a Nota Informativa nº 1.978/2015/SEI-MC.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

II – ANÁLISE

De acordo com o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CCT, entre outras atribuições, examinar questões atinentes aos serviços de radiodifusão, inclusive a outorga, renovação e transferência de suas licenças.

A referida alteração contratual se dá nos termos do § 2º do art. 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e vem ao Congresso Nacional em cumprimento ao que determinam o § 5º do art. 222 da Constituição Federal e o art. 3º da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002.

Com relação às respostas recebidas por meio da Nota Informativa nº 1.978/2015/SEI-MC, destaca-se que, em atendimento ao questionamento I, foi informado que a concessão analisada foi originalmente outorgada por meio do Decreto nº 96.588, de 25 de agosto de 1988. Entretanto, verificou-se que não consta informação acerca da renovação da outorga em questão, que deveria ter ocorrido no ano de 2003.

A fim de esclarecer essa questão, foram consultados os sistemas de acompanhamento de proposições da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Contudo, nenhuma proposição relacionada a essa renovação foi encontrada, o que poderia indicar sua inocorrência.

Com relação aos demais questionamentos formulados pela CCT, o exame da Nota Informativa nº 1.978/2015/SEI-MC revela que as informações solicitadas foram adequadamente prestadas.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do Ofício “S” nº 40, de 2014, nos termos do art. 335 do Risf.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à transferência do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, de que trata o Ofício “S” nº 40, de 2014:

- a) cópia do processo relativo à renovação da outorga concedida à TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, a partir do ano de 2003;
- b) cópia do ato do Poder Executivo que renovou a outorga concedida à TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA. para explorar o serviço de radiodifusão de sons e imagens no Município de Juazeiro, Estado da Bahia, a partir do ano de 2003;
- c) cópia da mensagem presidencial que submeteu a renovação citada nos itens anteriores ao Congresso Nacional;
- d) cópia de todos demais documentos, atos e processos relativos à outorga desde o ano de 2003 até a presente data.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/1944982843-79





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 18/09/2019 às 10h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	
DANIELLA RIBEIRO		3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	
WEVERTON		3. ACIR GURGACZ	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. FERNANDO COLLOR	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ROGÉRIO CARVALHO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. VAGO	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VAGO	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	1. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 40/2014)

NA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

18 de Setembro de 2019

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 805, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

DESPACHO: À CDIR

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA MODELO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina:

a) composição da Diretoria da entidade de 2013 até a presente data;

b) período em que ALDECIR ANTÔNIO BOLIS, Presidente da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Vice-Prefeito ou de Prefeito do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

c) período em que JOÃO PEDRO KOTHE, Vice-Presidente da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Presidente do Partido Progressistas no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

c) período em que CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, Secretário da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Vice-Prefeito ou de Prefeito do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

d) período em que CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, Secretário da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Partido Progressistas no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

e) outras informações relativas ao exercício de mandatos eletivos ou de cargos em órgãos de direção de partido político ou em entidades religiosas por membros da Diretoria da entidade, bem como quaisquer outras informações relacionadas a sua possível vinculação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19772.48565-55



2



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR CONFÚCIO MOURA

PARECER Nº 104 , DE 2019

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 123, de 2018 (nº 1.537, de 2014, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA MODELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina.*



RELATOR: Senador CONFÚCIO MOURA

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 123, de 2018 (nº 1.537, de 2014, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA MODELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Modelo, Estado de Santa Catarina. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.



II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição.

Com relação à legalidade, entretanto, alguns aspectos da proposição devem ser destacados.

De acordo com informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), alguns dos membros da Diretoria da entidade teriam exercido mandatos eletivos e cargos em órgãos de direção de partidos políticos, o que poderia configurar a vinculação da entidade.



SF/19772.48565-55



As informações disponíveis, contudo, não permitem verificar a efetiva ocorrência dessa vinculação, especialmente porque a não se conhece a composição da Diretoria da entidade depois do ano de 2013.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pelo encaminhamento do seguinte requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 123, de 2018, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal.



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA MODELO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina:

- a) composição da Diretoria da entidade de 2013 até a presente data;
- b) período em que ALDECIR ANTÔNIO BOLIS, Presidente da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Vice-Prefeito ou de Prefeito do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;
- c) período em que JOÃO PEDRO KOTHE, Vice-Presidente da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Presidente do Partido Progressistas no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;
- c) período em que CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, Secretário da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de



Vice-Prefeito ou de Prefeito do Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

d) período em que CLÓVIS LÚCIO SCHLOSSER, Secretário da entidade de 2009 a 2013, exerceu cargo de Presidente ou de Vice-Presidente do Partido Progressistas no Município de Modelo, Estado de Santa Catarina;

e) outras informações relativas ao exercício de mandatos eletivos ou de cargos em órgãos de direção de partido político ou em entidades religiosas por membros da Diretoria da entidade, bem como quaisquer outras informações relacionadas a sua possível vinculação.



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 18/09/2019 às 10h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	
DANIELLA RIBEIRO		3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	
WEVERTON		3. ACIR GURGACZ	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. FERNANDO COLLOR	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ROGÉRIO CARVALHO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. VAGO	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VAGO	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	1. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDS 123/2018)

NA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

18 de Setembro de 2019

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO

Nº 806, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

DESPACHO: À CDIR.

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2019:

- a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2



SENADO FEDERAL
GABINETE SENADOR CONFÚCIO MOURA

PARECER Nº 105 , DE 2019

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2019 (nº 1.076, de 2013, na Câmara dos Deputados), *que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE REFLORESTAMENTO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTAÇÃO AMBIENTAL DE RONDÔNIA – ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia.*



SF/19879.59850-60

RELATOR: Senador **CONFÚCIO MOURA**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 103, de 2019 (nº 1.076, de 2013, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE REFLORESTAMENTO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTAÇÃO AMBIENTAL DE RONDÔNIA – ARCAM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Campo Novo de Rondônia, Estado de Rondônia. O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.



O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

De acordo com o art. 11 da Lei nº 9.612, de 1998, está vedado à entidade que detém autorização para a execução do serviço o estabelecimento de vínculo que a subordine *à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais*.

Detalhando o dispositivo, o art. 7º da Portaria nº 4.334, de 2015, alterado pela Portaria nº 1.909, de 5 de abril de 2018, caracteriza vínculo, entre outras condições, quando mais da metade da diretoria da entidade for composta por parentes entre si, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, incluídos o cônjuge ou companheiro. Já o § 3º do art. 25 da referida norma considera que a constatação de vínculo no curso do processo de outorga é um vício de caráter insanável.



SF/19879.59850-60



4

3

Para esclarecer esse ponto específico, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 103, de 2019, nos termos do art. 335 do Risf.





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 18/09/2019 às 10h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	
DANIELLA RIBEIRO		3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	
WEVERTON		3. ACIR GURGACZ	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. FERNANDO COLLOR	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ROGÉRIO CARVALHO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. VAGO	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VAGO	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	1. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



5
4**REQUERIMENTO Nº , DE 2019**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro seja solicitada ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações a seguinte informação referente à autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2019:

- a confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 103/2019)

NA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

18 de Setembro de 2019

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática





SENADO FEDERAL

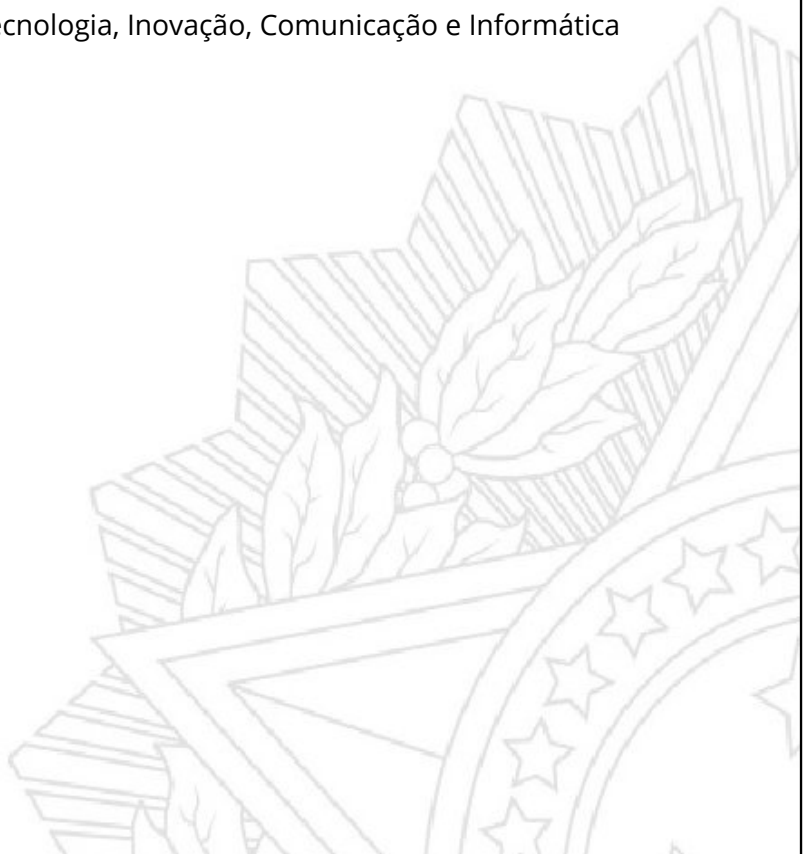
REQUERIMENTO

Nº 807, DE 2019

Informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

DESPACHO: À CDIR

AUTORIA: Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- cópia do estatuto social atualizado e da ata de eleição da diretoria em exercício;
- cópia do comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes;
- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;
- o atestado de inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



2



SENADO FEDERAL
GABINETE SENADOR CONFÚCIO MOURA

PARECER Nº 106 , DE 2019

Da COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019 (nº 1.122, de 2018, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.*



SF/19861.43588-01

RELATOR: Senador **CONFÚCIO MOURA**

I – RELATÓRIO

Chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 409, de 2019 (nº 1.122, de 2018, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO E DIFUSÃO COMUNITÁRIA EDUCATIVA INTERATIVA JARUENSE para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jaru, Estado de Rondônia.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223, § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a



2³

presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

II – ANÁLISE

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens.

O serviço de radiodifusão comunitária (RadCom) encontra disciplina específica na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, regulamentada pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e na Portaria do Ministério das Comunicações (MC) nº 4.334, de 17 de setembro de 2015.

De acordo com o parágrafo único do art. 7º da Lei nº 9.612, de 1998, os dirigentes das entidades autorizadas a explorar o serviço devem manter residência na área da comunidade atendida.

Já o art. 11 do referido instrumento legal veda à entidade que detém autorização o estabelecimento de vínculo que a subordine *à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais*.

Detalhando o último dispositivo, o inciso III do art. 132 da Portaria nº 4.334, de 2015, determina que a renovação será indeferida quando for constatado o estabelecimento ou a manutenção de vínculo.

Como não foram localizados, nos autos do processo, a comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida, o parecer atestando a inexistência de vínculo, além de outros documentos relativos à constituição e ao funcionamento da interessada, entendemos ser necessário encaminhamento de requerimento de



SF/19861.43588-01



4

3

informações ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, na forma prevista no § 2º do art. 50 da Constituição Federal, para preencher essas lacunas.

III – VOTO

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDL nº 409, de 2019, nos termos do art. 335 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).



REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requiero sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações referentes à renovação da autorização para a execução do serviço de radiodifusão comunitária de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 409, de 2019:

- comprovação ou declaração de que os dirigentes da entidade residem na área da comunidade a ser atendida;
- confirmação da inexistência de vínculo que subordine a entidade interessada à gerência, à administração, ao domínio, ao comando ou à orientação de qualquer outra entidade, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidárias ou comerciais;
- cópia do estatuto social atualizado e da ata de eleição da diretoria em exercício;
- cópia do comprovante de nacionalidade e de maioria dos dirigentes;



4⁵

- relatório de apuração de infrações, referente ao período de vigência da outorga;

- o atestado de inexistência da aplicação de pena de revogação da autorização por decisão administrativa definitiva.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença

CCT, 18/09/2019 às 10h - 33ª, Extraordinária

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
RENAN CALHEIROS	PRESENTE	1. CONFÚCIO MOURA	PRESENTE
EDUARDO GOMES	PRESENTE	2. DÁRIO BERGER	
DANIELLA RIBEIRO		3. LUIZ DO CARMO	PRESENTE
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	4. MAILZA GOMES	PRESENTE
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
IZALCI LUCAS	PRESENTE	1. MARA GABRILLI	
RODRIGO CUNHA	PRESENTE	2. PLÍNIO VALÉRIO	PRESENTE
JUÍZA SELMA	PRESENTE	3. MAJOR OLÍMPIO	PRESENTE
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
ALESSANDRO VIEIRA	PRESENTE	1. FLÁVIO ARNS	PRESENTE
ELIZIANE GAMA	PRESENTE	2. KÁTIA ABREU	
WEVERTON		3. ACIR GURGACZ	PRESENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
JEAN PAUL PRATES		1. FERNANDO COLLOR	
PAULO ROCHA	PRESENTE	2. ROGÉRIO CARVALHO	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. CARLOS VIANA	PRESENTE
ANGELO CORONEL	PRESENTE	2. SÉRGIO PETECÃO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
CHICO RODRIGUES		1. VAGO	
WELLINGTON FAGUNDES		2. VAGO	
PODEMOS			
TITULARES		SUPLENTE	
ORIOVISTO GUIMARÃES	PRESENTE	1. STYVENSON VALENTIM	PRESENTE

Não Membros Presentes

ZENAIDE MAIA
NELSINHO TRAD
LUIS CARLOS HEINZE
FERNANDO BEZERRA COELHO
MARCOS DO VAL
PAULO PAIM



DECISÃO DA COMISSÃO

(PDL 409/2019)

NA 33ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA) REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR PARECER PRELIMINAR DA CCT, PELA APRESENTAÇÃO DE REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES DIRIGIDO AO MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES.

18 de Setembro de 2019

Senador VANDERLAN CARDOSO

Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação,
Comunicação e Informática



Término de prazos



Encerrou-se em 19 de setembro o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário do Projeto de Decreto Legislativo do Senado nº 119, de 2018. Não houve interposição de recurso. Tendo sido aprovado terminativamente pela CCT, a matéria vai à promulgação. Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Encerrou-se em 19 de setembro o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Resolução nº 86, de 2019. Não foram apresentadas emendas. A matéria vai à CCJ e à CDIR.

Encerrou-se em 19 de setembro o prazo para apresentação de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 12, de 2017; e 64, de 2018; e ao Projeto de Lei do Senado nº 247, de 2015-Complementar. Não foram oferecidas emendas. As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 117, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015, que Acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Telmário Mota

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015 (Projeto de Lei nº 1.057, de 2007), do Deputado Henrique Afonso, que *acrescenta o art. 54-A à Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Estatuto do Índio.*



Relator: Senador **TELMÁRIO MOTA**

I – RELATÓRIO

Em exame nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015, que altera a Lei nº 6.001, de 19 de setembro de 1973, (Estatuto do Índio) para reforçar e ampliar os mecanismos de garantia do direito à vida, à saúde e à integridade física e psíquica das crianças, dos adolescentes, das mulheres, das pessoas com deficiência e das pessoas idosas indígenas.

Para isso, a proposição acrescenta o art. 54-A, com doze parágrafos, ao Estatuto do Índio. O *caput* do novo artigo afirma a prevalência dos direitos fundamentais presentes na Constituição e em acordos e tratados internacionais de que o Brasil é parte sobre as práticas tradicionais indígenas sempre que houver conflito entre elas. Para tanto, em seus parágrafos, a proposição reafirma os deveres das autoridades responsáveis pela política indigenista de proteger aqueles direitos fundamentais sempre que ameaçados; enumera, de modo não exaustivo, algumas situações em que os direitos fundamentais são ameaçados, da seguinte maneira: (i) obriga à

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

proteção de pessoas que se posicionarem a favor dos direitos fundamentais daquelas pessoas indígenas; (ii) obriga o desenvolvimento de projetos para a proteção daquelas pessoas; (iii) determina o cadastramento de gestantes por etnia ou aldeia; (iv) relaciona casos em que as gestantes indígenas devem receber atenção especial; (v) reafirma o dever de todo cidadão, ou cidadã, de informar à autoridade quanto a violações de direitos fundamentais; (vi) reafirma a responsabilização das autoridades quando não adotarem, de maneira imediata, as medidas cabíveis para a proteção e defesa das crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e pessoas idosas indígenas em situação de risco; (vii) assegura o sigilo sobre a pessoa do denunciante de lesões a direitos fundamentais; (viii) atribui às ouvidorias dos órgãos de política indígena a tarefa de receber denúncias e encaminhá-las ao Ministério Público; (ix) determina a retirada dos ameaçados do convívio familiar ou grupal e seu retorno ao mesmo tão logo tenham cessado os riscos.

Em novembro de 2016 foi realizada audiência pública nesta CDH para a instrução da matéria.

A proposição foi distribuída para exame da CDH e, em seguida, seguirá para apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal atribui à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa competência para opinar sobre matéria relativa à proteção dos direitos humanos e dos direitos das minorias sociais ou étnicas. Portanto, é regimental o exame do PLC nº 119, de 2015, nesta Comissão.



SF/19659.59838-13

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

Como é sabido, as crenças e práticas tradicionais indígenas ocasionalmente implicam atos que, do ponto de vista da sociedade nacional, são lesivos aos direitos fundamentais das pessoas a que se refere a proposição. Por essa razão é que temos em mãos questão constitucional relevante, pois se trata de conflito de sistemas de valores e da necessidade de se decidir entre eles.

A Carta Magna, em seu art. 231, fixa que são “reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições”. No mesmo sentido, o Estatuto do Índio, em seu art. 6º, determina que sejam “respeitados os usos, costumes e tradições das comunidades indígenas e seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, no regime de propriedade e nos atos ou negócios realizados entre índios”. Porém, a mesma Carta Magna, em todo o seu art. 5º, não deixa dúvidas quanto ao império dos direitos humanos na ordem jurídica brasileira.

Embora difícil a decisão, não devemos adiá-la. Temos de decidir, de uma vez por todas, se vamos ficar presos a formas tradicionalistas de pensamento e ação ou se vamos avançar rumo à inclusão de todas as nossas populações. Portanto, sem hesitar, afirmamos que a modernização do Brasil requer a extensão do respeito aos direitos humanos a todo local e a todas as vidas brasileiras – e os indígenas são brasileiros, inclusive sob a forma da lei, conforme o art. 5º de seu Estatuto.

Ademais, estou seguro de que, se tratarmos de melhorar as condições de vida das populações indígenas, a necessidade de agir contra direitos fundamentais, o que às vezes a tradição indígena aparentemente sugere, há de se desvanecer por si mesma. Mas, enquanto isso não ocorre, direitos fundamentais têm sido desrespeitados entre nós, o que causa danos à consciência nacional – e devemos agir para defender os vulneráveis que possam ser alvejados por tradições que merecem ser reavaliadas.



SF/19659.59838-13

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





SENADO FEDERAL
Senador TELMÁRIO MOTA – PROS/RR

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 119, de 2015.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF
Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.telmariomota@senador.leg.br





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)			
TITULARES		SUPLENTE	
JADER BARBALHO		1. JARBAS VASCONCELOS	
MARCELO CASTRO		2. DANIELLA RIBEIRO	
VANDERLAN CARDOSO	PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE	PRESENTE
MAILZA GOMES	PRESENTE	4. VAGO	
VAGO		5. VAGO	
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)			
TITULARES		SUPLENTE	
EDUARDO GIRÃO	PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE	PRESENTE
STYVENSON VALENTIM	PRESENTE	2. ROMÁRIO	
LASIER MARTINS	PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS	
JUÍZA SELMA		4. MARA GABRILLI	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)			
TITULARES		SUPLENTE	
FLÁVIO ARNS	PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA	
ACIR GURGACZ	PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO	PRESENTE
LEILA BARROS	PRESENTE	3. JORGE KAJURU	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)			
TITULARES		SUPLENTE	
PAULO PAIM	PRESENTE	1. PAULO ROCHA	PRESENTE
TELMÁRIO MOTA	PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA	
PSD			
TITULARES		SUPLENTE	
AROLDE DE OLIVEIRA	PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO	
NELSINHO TRAD	PRESENTE	2. LUCAS BARRETO	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)			
TITULARES		SUPLENTE	
MARCOS ROGÉRIO	PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES	
CHICO RODRIGUES		2. VAGO	

Não Membros Presentes

MAJOR OLIMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 119/2015)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR TELMÁRIO MOTA, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 118, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2018, do Senador Cássio Cunha Lima, que Altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 237, de 2018, que *altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para permitir o reconhecimento da isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), ainda que a nova aquisição ocorra antes do período de dois anos, nas hipóteses de roubo ou furto de veículo de propriedade de pessoas com deficiência.*



SF/19350.40481-20

Autor: Senador **CÁSSIO CUNHA LIMA**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 237, de 2018, de autoria do Senador Cássio Cunha Lima. A iniciativa altera a Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995, para admitir a isenção do imposto sobre produtos industrializados (IPI) na aquisição de automóvel por pessoa com deficiência, mesmo em intervalo inferior a dois anos, caso tenha ocorrido roubo ou furto de automóvel anteriormente adquirido com a mesma isenção.

O PLS, em seu art. 1º, altera o art. 2º da Lei nº 8.989, de 24 de fevereiro de 1995. Além de transformar seu atual parágrafo único em § 1º, dá-lhe um § 2º, dispondo sobre o afastamento do prazo de 2 anos para aquisição de novo veículo isento de IPI, por pessoa com deficiência, quando houver ocorrido roubo ou furto de automóvel antes adquirido com essa mesma isenção.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

O art. 2º da proposição, por fim, determina a entrada em vigor da lei de si resultante na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da proposição observa que a legislação não considera o desfalque patrimonial causado por condições alheias à vontade da pessoa com deficiência, razão pela qual, ao se ter em conta os níveis nacionais de violência urbana, a legislação deve ser aprimorada.

A matéria foi distribuída à CDH e seguirá, ainda, à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a esta a decisão terminativa.

Não foram recebidas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre proteção e integração social das pessoas com deficiência. Assim, mostra-se regimental o exame do PLS nº 237, de 2018, pela CDH.

Observe-se, ademais, que a matéria está amparada pela Constituição Federal em seu art. 24, inciso XIV, que atribui competência legislativa concorrente à União para legislar sobre aquele mesmo tema: proteção e integração social das pessoas com deficiência.

A proposição é meritória, pois aprimora a legislação no sentido de não prejudicar a pessoa com deficiência que se vê alijada involuntariamente, por má-fé de terceiros, de seu legítimo direito à locomoção. Se o espírito da lei é o de assegurar a isenção do IPI à pessoa com deficiência, estabelecendo-se um ciclo de dois anos para cada usufruto de tal benefício, é plenamente razoável o afastamento dessa limitação temporal quando seu beneficiário se encontrar privado, sem culpa, do bem para cuja aquisição se aplicou a isenção do IPI.

O aprimoramento da legislação é sadio e maduro, pois sabe reconhecer o indesejável, porém real, problema da criminalidade que tanto dá causa a roubos e furtos em nosso país.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Ademais, tendo-se em conta que a proposição promove renúncia de receita, cumpre-nos observar o art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, criadas sob o Novo Regime Fiscal. Tal dispositivo determina que a proposição legislativa que crie renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Em consulta à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, foi estimado, por meio da Nota Técnica de Impacto Orçamentário e Financeiro nº 0049/2019, que o montante anual de renúncia, caso o PLS se transforme em lei, é de R\$ 6.395.400 (seis milhões, trezentos e noventa e cinco mil e quatrocentos reais).

Dessa forma, calculado seu impacto financeiro e apreciado seu mérito, somos do entendimento de que a proposição merece prosperar.

III – VOTO

Diante do exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 237, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19350.40481-20





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLIMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 237/2018)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 119, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4229, de 2019, do Senador Lasier Martins, que Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Eduardo Girão

19 de Setembro de 2019





2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei nº 4229, de 2019, do Senador Lasier Martins, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo.*



Relator: Senador **EDUARDO GIRÃO**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei (PL) nº 4.229, de 2019, do Senador Lasier Martins, que *altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), para dispor sobre o direito da pessoa idosa à convivência familiar e comunitária, bem como para prever a hipótese de responsabilidade civil por abandono afetivo.*

Para tanto, o Projeto insere na mencionada lei um novo capítulo XI, dentro do título II, composto por dois dispositivos: os arts. 42-A e 42-B.

No primeiro, estabelece que é direito da pessoa idosa a manutenção dos vínculos afetivos com a família e dos vínculos sociais com a comunidade, em ambientes que garantam o envelhecimento saudável. No segundo, define que cabe aos filhos o dever de cuidado, amparo e proteção da pessoa idosa.

Na sequência, abre um parágrafo único no novo art. 42-B, de maneira a estabelecer que a violação dos deveres estabelecidos constitui ato ilícito e sujeita o infrator à responsabilização civil por abandono afetivo, nos termos do art. 927 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

2³

Na justificação, o autor afirma que o envelhecimento da população brasileira suscita preocupação com o bem-estar das pessoas nessa etapa da vida e, nessa direção, acredita que a proposição irá contribuir para o restabelecimento de vínculos de afetividade e para a preservação de uma ética familiar que beneficiará a sociedade como um todo.

A matéria foi remetida à CDH e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última a decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso VI do art. 102-E, compete à CDH opinar sobre matérias como o PL nº 4.229, de 2019, que versam sobre a proteção da pessoa idosa.

No mérito, o projeto vem no sentido de dar concretude ao disposto no art. 229 da Constituição Federal, o qual estabelece que cabe aos pais o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, mas que é responsabilidade dos filhos maiores ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.

Também se coaduna com a fundamentação da solidariedade em que se baseia o Estatuto do Idoso, especialmente no que se refere ao art. 3º do mencionado diploma, que propugna a obrigação da família, em conjunto com a comunidade e o Poder Público, de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Nessa direção, o projeto aperfeiçoa as normas em vigor, acrescentando o dever do cuidado afetivo, imprescindível base para o usufruto dos demais direitos já garantidos na legislação.

A proposição estabelece punição por abandono afetivo da pessoa idosa nos termos do art. 927 do Código Civil, suprimindo o campo jurídico de ferramentas para determinar a responsabilidade civil subjetiva e



mn2019-10558





4

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador EDUARDO GIRÃO

3

mensurar os danos que o isolamento e a solidão podem acarretar à pessoa idosa, com potencial de impedir-lhes o usufruto do direito ao bem viver.

Nesse sentido, lembramos que a taxa de suicídio entre pessoas com mais de 70 anos vem crescendo em nosso País, tendo registrado o número de 8,9 mortes por 100 mil habitantes entre 2011 e 2016, enquanto a média nacional foi de 5,5, conforme dados no Boletim Epidemiológico de Tentativas e Óbitos por Suicídio divulgado em setembro de 2017.

Esses dados demonstram a urgência de que políticas públicas voltadas para o cuidado das pessoas nessa faixa etária sejam adotadas pelo Poder Público.

Por fim, ressaltamos que a iniciativa é coerente com o voto pronunciado pela ministra Nancy Andrighi, do Superior Tribunal de Justiça, tratando justamente do reconhecimento de danos materiais acarretados por relações familiares impróprias, concluindo que, se amar é uma faculdade, cuidar é um dever incontornável.

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 4.229, de 2019.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

mn2019-10558





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLIMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(PL 4229/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR EDUARDO GIRÃO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL AO PROJETO. FICA REGISTRADO O VOTO CONTRÁRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 120, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 20, de 2017, que Isenção de imposto de
importação para mercadorias até USD 1000,00 por pessoas físicas.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão nº 20, de 2017, do Programa e-Cidadania, que visa isentar do Imposto sobre a Importação as mercadorias de até mil dólares americanos nas operações realizadas por pessoas físicas.

Autor: **PROGRAMA e-CIDADANIA**

Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão a Sugestão (SUG) nº 20, de 2017, do Programa e-Cidadania, que visa isentar do Imposto sobre a Importação as mercadorias de até mil dólares americanos nas operações realizadas por pessoas físicas.

A referida Sugestão foi originada da Ideia Legislativa nº 74.175, apresentada pelo usuário Felipe Carboneri, sob o título de “Isenção de imposto de importação para mercadorias até USD 1000,00 por pessoas físicas”, que alcançou apoio superior a 20.000 manifestações individuais.

De acordo com o proponente, a isenção proporcionaria um mercado livre e competitivo, integrando os brasileiros ao mercado global de consumo, em especial o de tecnologia. A medida favoreceria ainda o desenvolvimento da indústria nacional pela competitividade no mercado internacional.



SF/19155.51052-64



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

II – ANÁLISE

De acordo com o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal nº 19, de 2015, a ideia legislativa recebida por meio do portal que obtiver apoio de 20.000 (vinte mil) cidadãos em 4 (quatro) meses terá tratamento análogo ao dado às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e será encaminhada pela Secretaria de Comissões à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dando-se conhecimento aos Senadores membros.

O Memorando da Secretaria de Comissões nº 46, de 30 de maio de 2017, informa que a Sugestão nº 20, de 2017, “alcançou, no período de 17 a 29 de maio de 2017, apoio superior a 20.000 manifestações individuais”. Estão atendidos, dessa forma, os requisitos formais para que a SUG nº 20, de 2017, seja apreciada por esta Comissão.

A proposição visa impedir a incidência do Imposto sobre a Importação sobre mercadorias de até 1.000 (mil) dólares americanos adquiridas por pessoas físicas, o que necessita de modificação legislativa.

Uma vez que a competência para disciplinar o Imposto sobre a Importação é da União, a teor dos art. 153, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB), lei federal é o veículo legislativo adequado para regular o assunto.

Relativamente à iniciativa, o objeto da proposta não se encontra entre aqueles reservados (arts. 61, § 1º, e 165 da CRFB), de maneira que qualquer membro do Congresso Nacional pode apresentar eventual projeto de lei que adote o teor da Sugestão.

No que concerne à adequação, a concessão de isenção pode ser realizada por meio de lei ordinária da União, cujo objeto seja exclusivamente a regulação do benefício, conforme previsto no art. 150, § 6º, da CRFB.

Superados os requisitos formais de admissibilidade da proposta, passa-se ao exame do mérito. Seguindo essa análise, entendemos que há óbices econômicos e orçamentários à aprovação desta Sugestão.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Se, por um lado, a medida visa reduzir o custo de aquisição de produtos importados, o que facilitaria o acesso da população, por outro, haverá prejuízo à indústria nacional.

O Imposto sobre a Importação possui caráter eminentemente extrafiscal, de maneira que a redução de alíquotas tem que ser analisada não apenas sob o ponto de vista arrecadatório, mas, acima de tudo, sob a ótica de proteção da economia nacional. A redução desse imposto pode comprometer a atuação das indústrias brasileiras, diminuindo a contratação de empregados e os investimentos no setor. Ademais, a redução da carga tributária necessita de deliberação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), que deve considerar as decisões do Conselho do Mercado Comum do Mercosul, o que implica o envolvimento de todos os países que compõem esse bloco.

No concernente aos produtos oriundos dos países do Mercosul, cabe destacar que, se porventura houver mercadorias previstas na lista de exceção ao livre comércio entre os integrantes do bloco, não compete ao legislador interno alterar unilateralmente o que já foi negociado. Por outro lado, caso o produto esteja previsto na tributação comum, torna-se desnecessário o dispositivo em tela, pois o produto ingressa em território nacional livre do Imposto sobre a Importação.

No que se refere aos produtos provenientes de países que não compõem o bloco econômico, esse dispositivo poderá acarretar violação à Tarifa Externa Comum (TEC), já acordada entre os Estados Partes, o que demandaria a sua renegociação.

Com a isenção, o custo de importar será baixo em comparação aos encargos de desenvolver produtos de qualidade no Brasil. Logicamente, haverá preferência de aquisição por produtos importados em detrimento dos nacionais. Fato que traz consequências negativas para a economia do País, desequilibrando a balança comercial, em função da tendência do aumento de importações, e diminuindo a geração de empregos e o desenvolvimento tecnológico.

Os efeitos negativos da isenção serão sentidos mais especialmente pelo Estado do Amazonas, pois a Zona Franca de Manaus (ZFM) é responsável por grande parte da produção nacional de eletrônicos.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

A ZFM conta com incentivos fiscais, como a isenção do IPI, redução do ICMS e do Imposto sobre a Importação. Com a isenção, haverá perda da vantagem competitiva das indústrias que se estabeleceram na ZFM.

Além do mais, a diminuição do Imposto sobre a Importação reduz diretamente a disponibilidade financeira da União em razão da renúncia de receita a que dá causa, o que poderá comprometer os gastos com a manutenção das despesas estatais.

É importante lembrar, também, as exigências e restrições específicas da Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018 (LDO de 2019). Essa norma impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita (arts. 114 e 116).

Cabe citar, especificamente, o § 1º do art. 116 da LDO de 2019, que veda a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial, exceto a prorrogação por prazo não superior a cinco anos, desde que o montante do incentivo ou benefício prorrogado seja reduzido em pelo menos dez por cento ao ano e que o respectivo ato seja acompanhado dos objetivos, metas e indicadores relativos à política pública fomentada, bem como da indicação do órgão responsável pela supervisão, acompanhamento e avaliação.

Nessa linha, a proposição decorrente da SUG nº 20, de 2017, seria incompatível com a LDO de 2019.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela rejeição da Sugestão nº 20, de 2017, do Programa e-Cidadania.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 20/2017)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PELA REJEIÇÃO DA SUGESTÃO.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 121, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Ofício "S" nº 37, de 2019, que Encaminha, com fulcro no art. 103-B, §5º, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 8º, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, Pedido de Providências em face do Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, responsáveis pela Administração Executiva da Penitenciária Central do Estado na Cidade de Cuiabá/MT.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Telmário Mota

RELATOR: Senador Paulo Paim

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Ofício "S" nº 37, de 2019, que encaminha, com fulcro no art. 103-B, §5º, inciso I, da Constituição Federal, c/c art. 8º, inciso I, do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, Pedido de Providências em face do Governo do Estado de Mato Grosso, Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Estado de Mato Grosso e Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso, responsáveis pela Administração Executiva da Penitenciária Central do Estado na Cidade de Cuiabá/MT.



Relator: Senador **PAULO PAIM**

I RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Ofício "S" nº 37, de 2019, que trata de denúncias sobre maus tratos a presidiários da penitenciária Central do Estado de Mato Grosso em Cuiabá.

As denúncias relatam que além da superlotação carcerária, o ambiente é insalubre e faltam condições mínimas para o convívio, higiene, iluminação e que o odor causa até náuseas. Ademais, no dia 12 de agosto foi iniciada naquela penitenciária a “operação agente Elison Douglas”, período em que houve impedimento de visitação, até mesmo aos advogados de defesa. Há relatos também de tortura diária por parte de agentes penitenciários. Diante do total desrespeito à dignidade da pessoa humana e dos direitos fundamentais básicos da Constituição, os denunciantes pedem a esta Comissão providências



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

para resolver este problema. Esta mesma denúncia também foi encaminhada pelos advogados ao Mecanismo Nacional de prevenção e combate à tortura.

A denúncia descrita vem acompanhada por uma série de vídeos que mostram todos os abusos que teriam sido cometidos.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, incisos III e VI, e art. 142 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDH opinar sobre garantia e proteção dos direitos humanos e proteção da família, entre outras competências.

A presente denúncia, se comprovada, constitui grave violação de direitos humanos, devendo ser acolhida e encaminhada aos órgãos competentes.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendo que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa officie à Ouvidoria do Departamento Penitenciário Nacional solicitando informações acerca das providências adotadas e os resultados alcançados.

Sala da Comissão,

, Relator

, Presidente



SF/19793.45459-09





4

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(OFS 37/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR TELMÁRIO MOTA PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, PARA OFICIAR À OUVIDORIA DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL SOLICITANDO INFORMAÇÕES ACERCA DAS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS E OS RESULTADOS ALCANÇADOS.

19 de Setembro de 2019

Senador TELMÁRIO MOTA

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

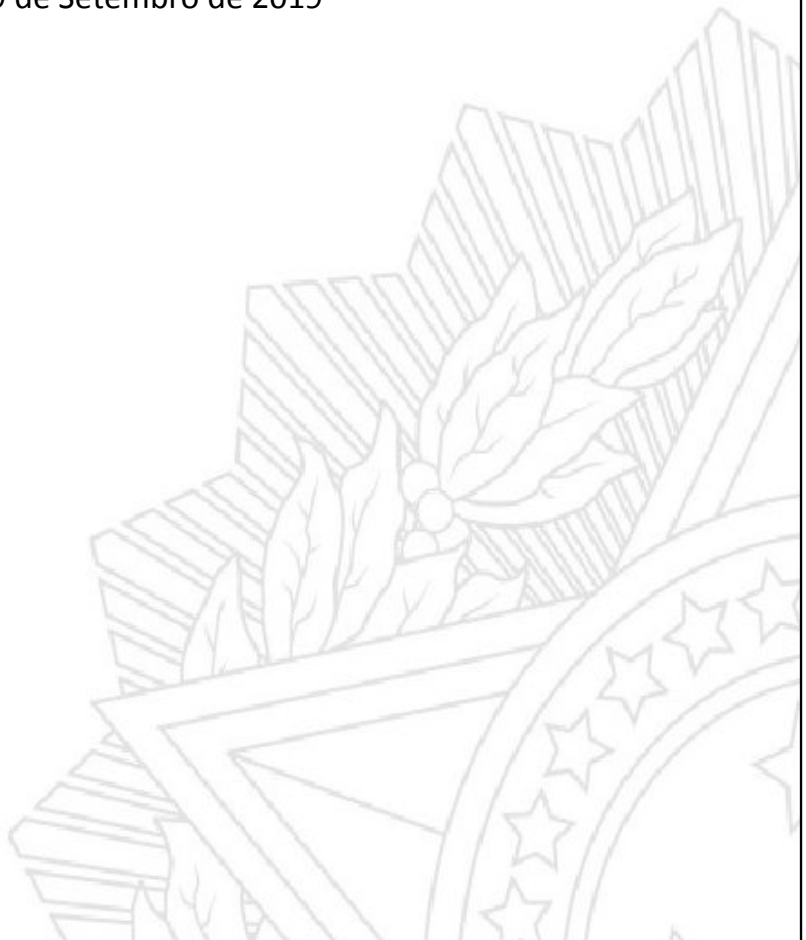
PARECER (SF) Nº 122, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 7, de 2019, que Médicos brasileiros formados no
exterior podem trabalhar no Brasil.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Marcos Rogério

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre a Sugestão Legislativa nº 7, de 2019, oriunda do Programa e-Cidadania, que pretende permitir o trabalho no Brasil de médicos brasileiros formados no exterior.



Relator: Senador **MARCOS ROGÉRIO**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, nos termos do art. 102-E, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 19, de 27 de novembro de 2015, que regulamenta o Programa e-Cidadania, a Sugestão Legislativa (SUG) nº 7, de 2019, oriunda da Ideia Legislativa nº 112.978, formulada no âmbito do Programa e-Cidadania do Senado Federal, criado pelo Ato da Mesa nº 3, de 2011. A ideia foi apresentada pela Senhora Inah Jacome, de Minas Gerais, e assim foi expressa: “médicos brasileiros formados no exterior podem trabalhar no Brasil (sic)”.

A referida Ideia Legislativa foi encaminhada pela Secretaria de Comissões a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), após ter sido constatado o apoio de pelos menos vinte mil cidadãos em quatro meses, razão pela qual obteve tratamento análogo às sugestões legislativas previstas no art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), nos termos do disposto no parágrafo único do art. 6º da Resolução nº 19, de 2015, do Senado Federal.

A matéria em apreciação encontra-se descrita nos seguintes termos: “Atualmente milhares de brasileiros buscam países, em especial no Mercosul, para estudar medicina por conta dos valores de cursos elevados no Brasil.



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Existem cursos de altíssima qualidade lá fora também. Acho que os médicos brasileiros formados no Mercosul deveriam trabalhar no Brasil”. (sic).

A proponente ainda oferece mais detalhes de sua ideia, que seria no sentido de permitir que os médicos brasileiros, formados no exterior, possam prestar assistência em lugares com carência de médicos, em benefício de todos e dispensando a contratação de outros estrangeiros.

Embora a proponente não tenha sugerido explicitamente a apresentação de proposição legislativa sobre o tema, compete a este Congresso Nacional analisar as demandas e possibilidades de mudanças na legislação, que atendam aos clamores populares, com a formalização eventual de projetos de lei.

II – ANÁLISE

De conformidade com o parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal – RISF, compete a esta Comissão opinar sobre a conveniência de transformar a Sugestão sob exame em proposição legislativa.

A carência de médicos, principalmente nas comunidades distantes dos grandes centros urbanos, é um grave problema de saúde pública no Brasil. Muitos são os fatores que influenciam na formação desse quadro desolador de abandono e de precariedade no atendimento, que beiram à omissão de socorro. Com relativo sucesso, o Programa Mais Médicos conseguiu levar profissionais brasileiros e estrangeiros a milhares de municípios brasileiros. Esse programa, entretanto, precisa ser constantemente adaptado às novas realidades.

Cremos que a Ideia constante da Sugestão nº 7, de 2019, precisa ser analisada dentro desse novo contexto. É inegável que faltam médicos e que milhares de brasileiros estão buscando formação, nesta área, em países vizinhos, ou mesmo em países mais distantes. Não se pode generalizar dizendo que esses cursos são fracos de conteúdo ou que não atendem às demandas de qualidade da nossa Educação e de nossos órgãos de fiscalização profissional. Temos que ter flexibilidade e competência administrativa para tentar incorporar esse valioso quadro de formados e formandos aos nossos serviços de saúde, considerando especialmente as necessidades de saúde pública em regiões carentes.



SF/19241.51416-08



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

Obviamente, depende do Poder Executivo a execução desses programas e, se for o caso, a avaliação das entidades estrangeiras, mediante convênios, além da reciclagem, retreinamento ou readaptação dos profissionais às nossas demandas. Nesse sentido, podem ser criados cursos complementares e intensivos em “Medicina Geral de Família e Comunidade”. A Lei do Mais Médicos, inclusive, prevê programas de residência com esse objetivo. Em suma, há muito espaço para políticas públicas de estímulo à formação de médicos e profissionais de saúde e de interiorização desses profissionais.



SF/19241.51416-08

III – VOTO

Tendo em vista que as considerações de mérito acima expostas se encontram em consonância com o nosso pensamento e que se trata de matéria de significativo alcance social, acreditamos que o tema deva ser objeto de debate pelo Congresso Nacional.

Opinamos, portanto, de conformidade com o inciso I do parágrafo único do art. 102-E do RISF, que a matéria seja transformada em projeto de lei, e encaminhada à Mesa, para tramitação, ouvidas as comissões competentes para exame do mérito:

PROJETO DE LEI Nº , DE 2019

Altera a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, para dispor sobre o trabalho de médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o Sistema Único de Saúde - SUS, e dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 13-A:



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador MARCOS ROGÉRIO

“**Art. 13-A.** Aos médicos brasileiros, formados em instituições de educação superior estrangeiras, e que ainda não tenham obtido a revalidação de seus diplomas, poderá ser concedida autorização provisória para o exercício da medicina, na área de Atenção Básica em Saúde, em regiões prioritárias para o SUS, por até três anos, na forma do regulamento.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19241.51416-08





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 7/2019)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO DO SENADOR MARCOS ROGÉRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DO PROJETO DE LEI QUE APRESENTA.

19 de Setembro de 2019

Senador PAULO PAIM

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 123, DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA,
sobre a Sugestão nº 30, de 2017, que “Fim do auxílio moradia para
deputados, juízes senadores.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Telmário Mota

RELATOR: Senador Paulo Paim

19 de Setembro de 2019





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

PARECER Nº , DE 2019

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Sugestão nº 30, de 2017, do Programa E-Cidadania, que propõe a extinção do pagamento do auxílio moradia para deputados, juízes e senadores.



SF/19636.18811-54

Relator: Senador **PAULO PAIM**

I – RELATÓRIO

Vem para a análise deste Colegiado a Sugestão Legislativa (SUG) nº 30, de 2017, de autoria do Programa e-Cidadania, em decorrência da Ideia Legislativa nº 80.429, de 2017, sob o título de **“Fim do auxílio moradia para deputados, juízes senadores.”** (*sic*) que alcançou, no dia 11 de julho de 2017, apoioamento superior a vinte mil manifestações individuais. Até o dia 17 de julho de 2017, a medida recebeu o apoio de mais de cento e quarenta mil cidadãos.

Diante disso, conforme prevê o parágrafo único do art. 6º da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 19, de 2015, a Ideia Legislativa foi encaminhada a esta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDL).

Tendo sido proposta na legislatura passada, a Sugestão continua a tramitar por força do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Na forma do art. 129 do Regimento Interno, esta Presidência avocou a relatoria do feito.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102-E, I, do RISF, compete a esta Comissão opinar e dar tratamento à matéria.

A finalidade da SUG nº 30, de 2017, é extinguir o pagamento de auxílio-moradia para deputados, juízes e senadores, mas não há como ponderar sobre a proposta sem incluir na discussão também o chamado auxílio mudança, pago a parlamentares no início de novo mandato, independentemente de terem sido reeleitos ou de já residirem na cidade.

Avaliamos que já é passada a hora de o País enfrentar essas questões. A sociedade brasileira sofre com índices alarmantes de desemprego e carestia, havendo um grande contingente de brasileiros que sequer possuem um teto para se abrigar dignamente.

Neste momento em que se pede enorme sacrifício com o ajuste fiscal, especialmente por meio da reforma da previdência, não há como continuar a defender que autoridades dos níveis mais altos dos Poderes da República, muito bem remuneradas e que usufruem de inúmeras facilidades e benesses pagas com os tributos originados do suor do rosto de todos os brasileiros, continuem a receber, além de seus subsídios, qualquer valor para residir onde devem exercer a sua atividade profissional, como qualquer brasileiro deve fazer. O normal é o que acontece com o cidadão comum: dispor de parte do seu salário para arcar com os custos da sua moradia.

O pagamento do auxílio-moradia, assim como o pagamento do auxílio-mudança e até mesmo a cessão de imóveis funcionais, se algum dia foram, certamente hoje não são mais legítimos, morais e probos, notadamente diante da austeridade no uso do dinheiro público que a situação do país exige. Essas medidas são dissociadas do interesse público, constituindo-se em práticas muito próximas do patrimonialismo, no qual os recursos públicos são utilizados em benefício de poucos e já bem aquinhoados cidadãos da elite brasileira, como se fossem seus e não de todo o corpo social.

Parlamentares são, em última instância, servidores públicos, devendo servir ao público e não se servir da coisa pública. Ademais, pelo menos em nível



SF/19636.18811-54



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

federal, o fim do auxílio moradia e do auxílio mudança pode colaborar para subsidiar o abono salarial de quem ganha até dois salários mínimos.

Nesse sentir, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 102-E do Regimento Interno, apresentamos à Comissão Proposta de Emenda à Constituição, para que aprove e permita o início da necessária coleta de assinaturas de um terço dos Senadores, conforme reza o inciso I do art. 60 da Carta de 1988, de forma a que se implemente a medida sugerida pelos cidadãos.

III – VOTO

Em decorrência do exposto, votamos pela aprovação da Sugestão Legislativa nº 30, de 2017, na forma da Proposta de Emenda à Constituição a seguir, para a qual proceder-se-á à coleta de assinaturas de um terço dos Senadores, conforme reza o inciso I do art. 60 da Constituição Federal:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , de 2019

Altera o art. 39 da Constituição Federal, para vedar o pagamento de auxílio, ajuda ou qualquer outra forma de retribuição a título de reembolso de despesas efetuadas com moradia a senador, deputado federal, deputado estadual, deputado distrital e vereador.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 39 da Constituição Federal passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

SF/19636.18811-54



**SENADO FEDERAL**

Gabinete do Senador PAULO PAIM

“Art. 39.

§ 9º É vedado pagar a Senadores, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Deputados Distritais e Vereadores ajuda ou qualquer outra forma de retribuição a título de reembolso de despesas efetuadas com moradia ou de deslocamento para nova moradia, ressalvadas as diárias de viagem, regulamentadas na forma da lei. (NR)”

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19636.18811-54





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CDH, 19/09/2019 às 09h - 101ª, Extraordinária
 Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, REPUBLICANOS, PP)	
TITULARES	SUPLENTE
JADER BARBALHO	1. JARBAS VASCONCELOS
MARCELO CASTRO	2. DANIELLA RIBEIRO
VANDERLAN CARDOSO PRESENTE	3. LUIS CARLOS HEINZE PRESENTE
MAILZA GOMES PRESENTE	4. VAGO
VAGO	5. VAGO

Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
TITULARES	SUPLENTE
EDUARDO GIRÃO PRESENTE	1. SORAYA THRONICKE PRESENTE
STYVENSON VALENTIM PRESENTE	2. ROMÁRIO
LASIER MARTINS PRESENTE	3. ROSE DE FREITAS
JUÍZA SELMA	4. MARA GABRILLI

Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA, REDE, PDT, CIDADANIA, PSB)	
TITULARES	SUPLENTE
FLÁVIO ARNS PRESENTE	1. ALESSANDRO VIEIRA
ACIR GURGACZ PRESENTE	2. FABIANO CONTARATO PRESENTE
LEILA BARROS PRESENTE	3. JORGE KAJURU

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
TITULARES	SUPLENTE
PAULO PAIM PRESENTE	1. PAULO ROCHA PRESENTE
TELMÁRIO MOTA PRESENTE	2. ZENAIDE MAIA

PSD	
TITULARES	SUPLENTE
AROLDE DE OLIVEIRA PRESENTE	1. SÉRGIO PETECÃO
NELSINHO TRAD PRESENTE	2. LUCAS BARRETO

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
TITULARES	SUPLENTE
MARCOS ROGÉRIO PRESENTE	1. MARIA DO CARMO ALVES
CHICO RODRIGUES	2. VAGO

Não Membros Presentes

MAJOR OLÍMPIO
 CIRO NOGUEIRA
 JAYME CAMPOS
 MARCOS DO VAL



DECISÃO DA COMISSÃO

(SUG 30/2017)

NA 101ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, O SENADOR PAULO PAIM PASSA A PRESIDÊNCIA AO SENADOR TELMÁRIO MOTA PARA QUE POSSA RELATAR A MATÉRIA. EM SEGUIDA, A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CDH, FAVORÁVEL À SUGESTÃO, NA FORMA DA PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO.

19 de Setembro de 2019

Senador TELMÁRIO MOTA

Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 55

RQM nº 333/2019	Eduardo Gomes	RISF Art. 43, I	21/08/2019	Licença saúde.
RQM nº 334/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 43, I	11/09/2019	Licença saúde.
RQM nº 335/2019	Marcos Rogério	RISF Art. 13	12/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 336/2019	José Serra	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 337/2019	Jayme Campos	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 338/2019	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 339/2019	Romário	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 340/2019	Romário	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 341/2019	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	12/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 342/2019	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 343/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 344/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 345/2019	Eliziane Gama	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 346/2019	Marcos Rogério	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 347/2019	Rodrigo Pacheco	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Rodrigo Pacheco	RISF Art. 13	16/09/2019 e 17/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 348/2019	Flávio Arns	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Flávio Arns	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 349/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 350/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 351/2019	Tasso Jereissati	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 352/2019	Fernando Bezerra Coelho	RISF Art. 13	12/09/2019 e 13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Fernando Bezerra Coelho	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 353/2019	Eduardo Braga	RISF Art. 13	12/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 354/2019	Jader Barbalho	RISF Art. 13	11/09/2019 e 12/09/2019	Atividade parlamentar.



RQM nº 355/2019	Cid Gomes	RISF Art. 13	De 12/09/2019 a 16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 356/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	12/09/2019 e 13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Renan Calheiros	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 357/2019	Luiz do Carmo	RISF Art. 13	12/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 358/2019	Zenaide Maia	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 359/2019	Zenaide Maia	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 360/2019	Jorginho Mello	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Jorginho Mello	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 361/2019	Dário Berger	RISF Art. 13	De 12/09/2019 a 16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 362/2019	Flávio Bolsonaro	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 363/2019	Marcelo Castro	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Marcelo Castro	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 364/2019	Marcos do Val	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Marcos do Val	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 365/2019	Lasier Martins	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 366/2019	Simone Tebet	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
	Simone Tebet	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 367/2019	Otto Alencar	RISF Art. 13	De 12/09/2019 a 16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 368/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 369/2019	Plínio Valério	RISF Art. 13	12/09/2019 e 13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 370/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 13	12/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 371/2019	Lasier Martins	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 372/2019	Omar Aziz	RISF Art. 13	De 13/09/2019 a 16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 373/2019	Plínio Valério	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 374/2019	Jarbas Vasconcelos	RISF Art. 43, I	De 16/09/2019 a 20/09/2019	Licença saúde.
RQM nº 375/2019	Antonio Anastasia	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 376/2019	Lasier Martins	RISF Art. 13	12/09/2019 e 13/09/2019	Atividade parlamentar.



RQM nº 377/2019	Mara Gabrilli	RISF Art. 43, I	De 06/09/2019 a 22/09/2019	Licença saúde.
RQM nº 378/2019	Tasso Jereissati	RISF Art. 13	16/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 379/2019	José Serra	RISF Art. 13	17/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 380/2019	Jayme Campos	RISF Art. 13	13/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 381/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	20/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 382/2019	Humberto Costa	RISF Art. 13	19/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 383/2019	Marcio Bittar	RISF Art. 13	17/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 384/2019	Renan Calheiros	RISF Art. 13	17/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 385/2019	Zenaide Maia	RISF Art. 13	19/09/2019	Atividade parlamentar. Participar da composição de mesa no Lançamento da Frente em Defesa da Soberania Nacional contra Privatização, Ibirapuera, São Paulo.
RQM nº 386/2019	Maria do Carmo Alves	RISF Art. 13	18/09/2019	Atividade parlamentar.
RQM nº 387/2019	Rodrigo Pacheco	RISF Art. 13	18/09/2019 e 19/09/2019	Atividade parlamentar.



RETIFICAÇÃO



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL Nº 130, DE 5 DE SETEMBRO DE 2019

À página 7, item 3.1 do Sumário, onde se lê:

Nº113/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 (vide item XXX)

Leia-se:

*Nº113/2019-CCJ, sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 6/2019 (**Vide item 5**)*



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

PODEMOS - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olimpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-CIDADANIA - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
PODEMOS - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

PODEMOS - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

PODEMOS - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
PODEMOS - Oriovisto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelsinho Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20

MDB-13 / PP-6 / REPUBLICANOS-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar Senado Independente - 12

PATRIOTA / PDT-4 / CIDADANIA-3 / REDE-3
PSB-2

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	CIDADANIA / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PODEMOS - 11

Alvaro Dias.	PR
Eduardo Girão.	CE
Elmano Férrer.	PI
Juiza Selma.	MT
Lasier Martins.	RS
Marcos do Val.	ES
Oriovisto Guimarães.	PR
Reguffe.	DF
Romário.	RJ
Rose de Freitas.	ES
Styvenson Valentim.	RN

Bloco Parlamentar PSDB/PSL - 11

PSDB-8 / PSL-3

Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Major Olimpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	12
Bloco Parlamentar PSDB/PSL.	11
PODEMOS.	11
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorge Kajuru** (CIDADANIA-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (PODEMOS-DF)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	José Serra* (PSDB-SP)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Juiza Selma** (PODEMOS-MT)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Lasier Martins* (PODEMOS-RS)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Leila Barros** (PSB-DF)	Romário* (PODEMOS-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Rose de Freitas* (PODEMOS-ES)
Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODEMOS-PI)	Major Olimpio** (PSL-SP)	Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Fernando Collor* (PROS-AL)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (PODEMOS-ES)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Weverton** (PDT-MA)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODEMOS-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (PODEMOS-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 20</p> <p>Líder Esperidião Amin - PP (25)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (2,26,35)</p> <p>Vice-Líder do MDB Marcio Bittar (44)</p> <p>Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (3)</p> <p>Líder do REPUBLICANOS - 1 Mecias de Jesus (12)</p>	<p>Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB/PSL) - 11</p> <p>Líder Rodrigo Cunha - PSDB (32,45)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (20)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (33,40) Rodrigo Cunha (32,45)</p> <p>Líder do PSL - 3 Major Olimpio (9)</p>	<p>Bloco Parlamentar Senado Independente (PATRIOTA/PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 12</p> <p>Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (19)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PATRIOTA - 0</p> <p>Líder do PDT - 4 Weverton (4)</p> <p>Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (8)</p> <p>Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42)</p> <p>Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (21)</p> <p>Líder do PSB - 2 Leila Barros (52)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9</p> <p>Líder Paulo Rocha - PT (37)</p> <p>Vice-Líder Zenaide Maia (17,30)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 6 Humberto Costa (13,18)</p> <p>Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (36)</p> <p>Líder do PROS - 3 Telmário Mota (22)</p> <p>Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (17,30)</p>	<p>Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PL (16)</p> <p>Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (6,14) Jorginho Mello (11,23) Zequinha Marinho (15,31)</p> <p>.....</p> <p>Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (6,14)</p> <p>Vice-Líder do DEM Marcos Rogério (43)</p> <p>Líder do PL - 2 Jorginho Mello (11,23)</p> <p>Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (15,31)</p>	<p>PSD - 9</p> <p>Líder Otto Alencar - PSD (1)</p> <p>Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel</p>
<p>PODEMOS - 11</p> <p>Líder Alvaro Dias - PODEMOS (10)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Girão (24,47) Oriovisto Guimarães (28,46) Rose de Freitas (29,48)</p>	<p>Maioria</p> <p>Líder Eduardo Braga - MDB (2,26,35)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34)</p> <p>Vice-Líderes Eduardo Gomes (38,53) Elmano Férrer (39) Izalci Lucas (33,40) Chico Rodrigues (41)</p>
<p>Minoria</p> <p>Líder Randolfe Rodrigues - REDE (21)</p>		

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
2. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
3. Em 02.02.2019, o Senador João Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
4. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
5. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
6. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
7. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
8. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



9. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
10. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
11. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
12. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
13. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
14. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
18. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
19. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
20. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
21. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
22. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
23. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1ª vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
33. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)
43. Em 06.06.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º vice-líder do Partido Democratas - DEM (Ofício 017/2019-GLDEM).
44. Em 28.06.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado 1º vice-líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 191/2019-GLMDB)
45. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL/ (Of. s/n).
46. Em 10.07.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 2º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
47. Em 10.07.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
48. Em 10.07.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODE (Of. 74-GLPODE).
49. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSIKAJUR).
50. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru desfilou-se do Partido Socialista Brasileiro (Of. 038/2019-GSIKAJUR).
51. Em 12.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Partido Patriota (Of. 039/2019-GSIKAJUR).
52. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
53. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁾	2. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽¹⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁾	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA
DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019**

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)



4) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ^(6,9)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽⁷⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽⁸⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁾	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(1,6)	9. VAGO ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).
8. Em 17.06.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente para compor a Comissão (ATS nº 13/2019).
9. Em 18.06.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, para compor a Comissão (Of. 63/2019-GLPODE).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 61 33033490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(9,19)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁹⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽¹³⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹³⁾	2. Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽⁸⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹³⁾	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ^(8,28)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁷⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,20,23)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁷⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,21,24)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Otto Alencar ^(2,26)
Senador Carlos Viana ^(2,25)	2. Senador Lucas Barreto ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Angelo Coronel ^(2,27)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ^(4,29,30)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLIID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mecias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).
23. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
24. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
25. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
26. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
27. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
28. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
29. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
30. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾	3. VAGO ^(8,20)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁷⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁶⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁶⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁶⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	4. VAGO ^(2,22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(19,21)
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Viana ⁽¹⁾
Senador Irajá ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ^(1,13)
Senador Otto Alencar ⁽¹³⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽³⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁶⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).
20. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 69/2019-BLPRD).
22. Em 03.09.2019, o Senador Marcos do Val, membro suplente pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 121/2019-GLBSI).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentim, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 2/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão de pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽²⁾	6. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).

2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Juíza Selma, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Fabiano Contarato e Styvenson Valentim, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,28,34)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁷⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(7,32)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁷⁾	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(7,32,39,43)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,31,33,40)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Orioivisto Guimarães (PODEMOS-PR) ^(8,20,29,30)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾	5. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹⁴⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹³⁾	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,42)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(3,22,35)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ^(3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(6,16,18)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(6,16,19,36,37,44)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,18,45)
PSD	
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	3. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ^(4,38,41)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾

Notas:

2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLI).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permutaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
29. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
30. Em 06.06.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
31. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
32. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
33. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
34. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
35. Em 02.07.2019, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Kátia Abreu, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 100/2019-GLBSI).
36. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
37. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
38. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).



39. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
40. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
41. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
42. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).
43. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
44. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
45. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Dário Berger (MDB-SC)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁸⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁸⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁴⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁹⁾	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁵⁾
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁹⁾	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁰⁾	6.
VAGO ⁽¹¹⁾	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁶⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	3. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	4. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹²⁾	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹³⁾
	6. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,21)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽³⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ^(3,21)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁷⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(5,16,19)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ^(1,2)	1. Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾
Senador Irajá ^(1,23)	2. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	3. Senador Carlos Viana ^(1,23)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁰⁾

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLIID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).
18. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
19. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
20. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
21. Em 29.08.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Ofício nº 118/2019-GLBSI).
22. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
23. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permutam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEEFCB).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) ^(16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁷⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹³⁾	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁹⁾	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁵⁾	3. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁰⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁰⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,21)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. VAGO ^(19,21)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ^(2,22)	1. Senador Carlos Viana ^(2,22)
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Omar Aziz ^(2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹²⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
21. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
22. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁹⁾	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ^(9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹³⁾	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(10,13,14,16,20)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ^(13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(14,23)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁵⁾	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽⁷⁾	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁷⁾	2. Senador Romário (PODEMOS-RJ) ⁽⁷⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁸⁾	3. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁸⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ^(5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁵⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾	1. Senador Sérgio Petecão ^(1,2)
Senador Nelsinho Trad ⁽¹⁾	2. Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽²⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²²⁾	2.

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).

7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).

8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).

9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).

10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3ª suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 07.08.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLBSI).
22. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
23. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
24. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(1,24)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁰⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁰⁾	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹²⁾	4. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ^(5,22)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(6,18,22)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽⁸⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁸⁾	2. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁴⁾
Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽¹³⁾	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(3,25)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(7,17,21)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁷⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ^(7,16)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²³⁾	
PSD	
Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾
Senador Angelo Coronel ⁽²⁾	2. Senador Carlos Viana ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Marcos do Val ^(20,26)	1. Senador Romário ^(20,26)

Notas:

*. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).

3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).

4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).

7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).

8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).

9. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).



10. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
16. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
20. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).
21. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
22. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
23. Em 13.08.2019, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão em vaga compartilhada com o PSD (Of. nº 73/2019-BLPRD).
24. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
25. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
26. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS (Of. nº 91/2019-GLPODE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽²⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽²⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽²⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾
Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽²⁾	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽²⁾	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 11.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁸⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) ⁽⁸⁾	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽⁸⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽⁸⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(7,13,14)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁹⁾	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹²⁾	6. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁶⁾	1. Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽⁶⁾
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁶⁾	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽³⁾	1. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽³⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽³⁾	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽³⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁵⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁵⁾
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽²⁾
Senador Irajá ⁽²⁾	3. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾	1. Senador Oriovisto Guimarães ⁽¹⁹⁾
Senador Elmano Férrer ⁽¹⁹⁾	2. Senador Lasier Martins ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Cufúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
13. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
14. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
15. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
16. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
17. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(9,11)
VAGO ^(5,13)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,8)	3. Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. VAGO ^(3,18)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,14,15)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁹⁾	
Senador Elmano Férrer ⁽²⁰⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽²⁰⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-GLPSD).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).



14. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão (Memo. nº 54/2019-GLBSI).
15. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
16. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
17. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).
18. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão (Memo. nº 95/2019-GLBSI).
19. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
20. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODEMOS-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁹⁾	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ^(9,19)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽⁸⁾	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹³⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁰⁾	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁶⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁵⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽⁷⁾	2. Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁶⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁵⁾	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽²⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽¹⁾	1. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ^(1,20,21)
Senador Sérgio Petecão ⁽¹⁾	2. Senador Angelo Coronel ^(1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽³⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽³⁾
Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽³⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽³⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLIID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. VAGO ^(1,3)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)
3. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixa de compor a Subcomissão, em decorrência de sua saída da Comissão. (Of. nº 109/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁰⁾
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹⁰⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁷⁾	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) ⁽¹⁰⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹¹⁾	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ^(6,16)
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁹⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁹⁾
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁹⁾	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²⁰⁾	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) ⁽²¹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ^(4,12,17)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(4,13)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ^(4,23)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽⁴⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁸⁾	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(8,15,22)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁸⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁸⁾
PSD	
Senador Arolde de Oliveira ⁽²⁾	1. Senador Carlos Viana ^(2,3)
Senador Angelo Coronel ^(2,3)	2. Senador Sérgio Petecão ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁵⁾	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	2.
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Orioivisto Guimarães ⁽¹⁹⁾	1. Senador Styvenson Valentim ⁽¹⁹⁾

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).



13. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
17. Em 02.07.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular; e o Senador Acir Gurgacz, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 99/2019-GLBSI).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
23. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽¹²⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
PODEMOS ⁽¹⁰⁾	
Senador Alvaro Dias ^(11,13)	1. Senador Eduardo Girão ⁽¹¹⁾

Notas:

*. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.

1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).

2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).

3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).

4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).

5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).

6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).

7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).

8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).

9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).

10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)

11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).

12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).

13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).

Secretário(a): Andréia Mano**Telefone(s):** 61 3303-4488**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,13)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁶⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,12)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PSL (PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁵⁾	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(5,14)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ^(5,14)
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽²¹⁾	3. Senador Major Olimpio (PSL-SP) ⁽²²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB, PATRIOTA)	
Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA-GO) ⁽²⁾	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(2,11)
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽²⁾
Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽²⁾	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁴⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁴⁾
PSD	
Senador Angelo Coronel ⁽¹⁾	1. VAGO ^(1,23)
Senador Otto Alencar ⁽¹⁾	2. Senador Omar Aziz ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽³⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(3,8)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(15,16,17)
PODEMOS ⁽¹⁸⁾	
Senador Eduardo Girão ⁽¹⁹⁾	1. Senadora Rose de Freitas ^(19,20)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).
- Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
- Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



12. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
13. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
14. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
15. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
16. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
17. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
19. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLIID).
20. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLIID).
21. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
22. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
23. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PODEMOS-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017**Notas:**

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS	
DEM	
Senador Rodrigo Pacheco (MG)	
PSD	
Senador Irajá (TO)	
PSDB	
Senador Antonio Anastasia (MG)	



3) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (PODEMOS-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019**Notas:**

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



5) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS
REDE
Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

